

MUNICÍPIO DE NOVA ARAÇÁ

PROJETO DE LEI Nº 053, DE 29 DE JUNHO DE 2021

Atestado recebido em: 29/06/21
Assinatura: *[Assinatura]*

Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2022.

Capítulo I - Disposições Preliminares

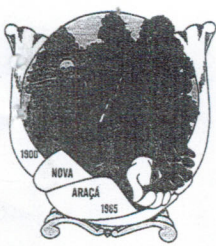
Art. 1º Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2.º, da Constituição Federal, no art. 84, II da Lei Orgânica do Município, e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes gerais para elaboração do orçamento do Município, relativas ao exercício de 2022, compreendendo:

- I - as metas e prioridades da Administração Municipal;
- II - a organização e estrutura do orçamento;
- III - as diretrizes para elaboração e execução do orçamento e suas alterações;
- IV - as disposições relativas à dívida pública municipal;
- V - as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
- VI - as disposições sobre alterações na legislação tributária;
- VII - as disposições gerais.

Parágrafo único. Integram esta Lei os seguintes anexos:

I – **Anexo I** – de metas fiscais, composto dos demonstrativos:

- a) das metas fiscais anuais de acordo com o art. 4º, § 1º, da Lei Complementar nº 101/2020, acompanhado da memória e metodologia de cálculo;
- b) da avaliação do cumprimento das metas fiscais relativas ao ano de 2020;
- c) das metas fiscais previstas para 2022, 2023 e 2024, comparadas com as fixadas nos exercícios de 2019, 2020 e 2021;
- d) da evolução do patrimônio líquido, conforme o art. 4º, § 2º, inciso III, da Lei Complementar nº 101/2000;
- e) da origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos, em cumprimento ao disposto no art. 4º, § 2º, inciso III, da Lei



MUNICÍPIO DE NOVA ARAÇÁ

Complementar nº 101/2000;

- f) da avaliação da situação financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos Municipais, de acordo com o art. 4º, § 2º, inciso IV, da Lei Complementar nº 101/2000;
- g) da estimativa e compensação da renúncia de receita, conforme o art. 4º, § 2º, inciso V, da Lei Complementar nº 101/2000;
- h) da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, conforme art. 4º, § 2º, inciso V, da Lei Complementar nº 101/2000.

II – **Anexo II**, de Riscos Fiscais e providências, contendo a avaliação dos riscos orçamentários e os passivos contingentes capazes de afetar as contas públicas, em cumprimento ao art. 4º, § 3º, da Lei Complementar nº 101/2000.

III – **Anexo III**, de caráter informativo e não normativo, contemplando o detalhamento dos Programas e Ações com execução prevista para o exercício financeiro de 2021, o qual deverá servir de referência para o planejamento, podendo ser atualizado pela lei orçamentária ou através de créditos adicionais.

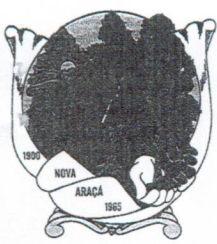
IV – **Anexo IV**, informando as despesas para conservação do patrimônio público e para os projetos em andamento, em cumprimento ao disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101/2000.

Capítulo II- Das Metas e Prioridades da Administração Pública Municipal

Art. 2º A elaboração e aprovação do Projeto de Lei Orçamentária de 2022 e a execução da respectiva Lei deverão ser compatíveis com a obtenção da meta de resultado primário consolidado, conforme demonstrado no Anexo de Metas Fiscais constante do Anexo I a esta Lei.

§ 1º A meta de resultado primário poderá ser ajustada quando do encaminhamento do projeto de lei orçamentária anual, se verificadas alterações no comportamento das variáveis macroeconômicas utilizadas nas estimativas das receitas e despesas;





MUNICÍPIO DE NOVA ARAÇÁ

§ 2º Na hipótese prevista pelo § 1º, o demonstrativo de que trata a alínea "a" do inciso I do parágrafo único do art. 1º desta Lei deverá ser reelaborado e encaminhado juntamente com o projeto de lei orçamentária anual, acompanhado da memória e metodologia de cálculo devidamente atualizadas.

§ 3º Durante o exercício de 2022, a meta de resultado primário poderá ser reduzida até o montante que corresponder à frustração da arrecadação das receitas que são objeto de transferência constitucional, com base nos arts. 158 e 159 da Constituição Federal.

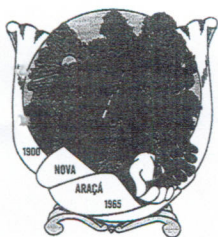
§ 4º Para os fins do disposto no § 3º, considera-se frustração de arrecadação, a diferença a menor que for observada entre os valores que forem arrecadados em cada mês, em comparação com igual mês do ano anterior.

§ 5º Nas hipóteses de atualização ou redução da meta de resultado primário, nas hipóteses estabelecidas neste artigo, e para efeitos da audiência pública prevista no art. 9º, § 4º, da Lei Complementar nº 101, de 2000, a meta alcançada será comparada com a meta ajustada.

Art. 3º As metas e prioridades para o exercício financeiro de 2022 relacionadas com a execução de programas e ações orçamentárias, estão estruturadas de acordo com o Plano Plurianual para 2022/2025 - Lei nº 3.440 de 16/06/2021 e suas alterações, especificadas no Anexo III, integrante desta Lei, as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária.

§ 1º As metas e prioridades de que trata o caput deste artigo, bem como as respectivas ações planejadas para alcançar o resultado, poderão ser alteradas, se durante o período decorrido entre a apresentação desta Lei e a elaboração da proposta orçamentária para 2022 surgirem novas demandas ou situações em que haja necessidade da intervenção do Poder Público, ou em decorrência de créditos adicionais ocorridos.

§ 2º Na hipótese prevista no parágrafo 1º, as alterações do Anexo III serão evidenciadas em demonstrativo específico, a ser encaminhado juntamente com a proposta orçamentária para o próximo exercício.



MUNICÍPIO DE NOVA ARAÇÁ

Capítulo III - Da Organização e Estrutura do Orçamento

Art. 4º O Orçamento do Município terá sua despesa discriminada por órgão, unidade orçamentária, função, subfunção, programa, ação orçamentária, instrumento de programação e natureza de despesa detalhada até o nível de elemento.

§ 1º O conceito de órgão corresponde ao maior nível da classificação institucional, que tem por finalidade agrupar unidades orçamentárias.

§ 2º O conceito de unidade orçamentária corresponde ao menor nível da classificação institucional e sua classificação atenderá, no que couber, ao disposto no art. 14 da Lei Federal nº 4.320/64.

§ 3º O conceito de instrumento de programação envolve um conjunto de operações que contribuem para atender ao objetivo de um programa, observando o seguinte:

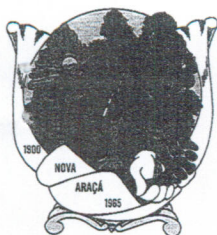
I - incluem-se no conceito de instrumentos de programação as transferências obrigatórias ou voluntárias a outros entes da Federação e a pessoas Físicas e jurídicas, na forma de subsídios, subvenções, auxílios, contribuições e concessão de empréstimos e financiamentos; e

II - os instrumentos de programação, de acordo com suas características, podem ser classificados como atividades, projetos ou operações especiais.

§ 4º Os conceitos de função, subfunção, programa, projeto, atividade e operação especial são aqueles dispostos na Portaria n.º 42 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de 14 de abril de 1999, e em suas alterações.

§ 5º Os conceitos e códigos de categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação e elemento de despesa são aqueles dispostos na Lei Federal nº 4.320/1964 e na Portaria Interministerial da Secretaria do Tesouro Nacional e da Secretaria de Orçamento Federal nº 163, de 4 de maio de 2001, e em suas alterações.

§ 6º As operações especiais relacionadas ao pagamento de encargos gerais do Município, serão consignadas em unidade orçamentária específica.



MUNICÍPIO DE NOVA ARAÇÁ

§7º Os Fundos Municipais constituirão unidade orçamentária específica, e terão suas Receitas vinculadas a Despesas relacionadas com seus objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas referidas no inciso V do parágrafo único do art. 7º desta Lei.

Art. 5º Independentemente da natureza de despesa em que for classificado, todo e qualquer crédito orçamentário deve ser consignado diretamente à unidade orçamentária à qual pertencem as ações correspondentes.

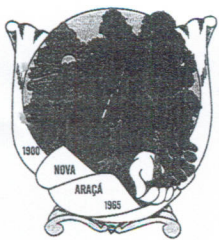
Parágrafo único. As operações entre órgãos, fundos e entidades previstas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social serão executadas obrigatoriamente por meio de empenho, liquidação e pagamento, nos termos da Lei Federal nº 4.320/1964, utilizando-se a modalidade de aplicação 91 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal e do Orçamento da Seguridade Social.

Art. 6º Os orçamentos fiscal e da seguridade social compreenderão o conjunto das receitas públicas, bem como das despesas dos Poderes Executivo e Legislativo, seus fundos, órgãos, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que dele recebam recursos, devendo a correspondente execução ser registrada no sistema Integrado de execução orçamentária e financeira a que se refere o art. 48, § 6º, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 7º O Projeto de Lei Orçamentária Anual será encaminhado ao Poder Legislativo, conforme estabelecido no § 5º do art. 165 da Constituição Federal, no art. 84, III, da Lei Orgânica do Município e no art. 2º, da Lei Federal nº 4.320/1964, e será composto de:

- I - texto da Lei;
- II - consolidação dos quadros orçamentários;

Parágrafo único. Integrarão a consolidação dos quadros orçamentários a que se refere o inciso II, incluindo os complementos referenciados no art. 22, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/ 1964, os seguintes quadros:



MUNICÍPIO DE NOVA ARAÇÁ

XI - demonstrativo do cálculo do limite máximo da despesa do Poder Legislativo, conforme o artigo 29-A da Constituição Federal, observado o disposto no § 2º do art. 13 desta Lei.

Art. 8º A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária anual conterá:

I - relato sucinto da situação econômica e financeira do Município e projeções para o exercício de 2022, com destaque, se for o caso, para o comprometimento da receita corrente líquida com o pagamento da dívida;

II - resumo da política econômica e social do Governo;

III - memória de cálculo e justificativa da estimativa da receita e da fixação da despesa, observando-se, no que couber, ao disposto nos arts. 22, 1, 39 e 30 da Lei Federal nº 4.320/1964 e no art. 12 da Lei Complementar nº 101/2000.

IV - demonstrativo da dívida fundada, assim como da evolução do estoque da dívida pública, dos últimos três anos, a situação provável no final de 2021 e a previsão para o exercício de 2022;

V - relação dos precatórios a serem cumpridos em 2022 com as dotações para tal fim constantes na proposta orçamentária;

VI - relação das ações prioritárias aprovadas nas audiências públicas realizadas pelo Executivo na forma estabelecida pelo art. 12 desta Lei, com a identificação dos respectivos projetos, atividades ou operações especiais, com destaque para os valores correspondentes às priorizações.

Art. 9º. Deverão ser discriminadas em instrumentos de programação específicos as dotações destinadas:

I - - às ações de alimentação escolar;

II - - às ações de transporte escolar;

III - - à concessão de subvenções sociais, subvenções econômicas e subsídios a pessoas físicas e jurídicas com finalidade lucrativa;

IV - - à concessão de subvenções sociais, contribuições correntes, contribuições de capital e auxílios a entidades privadas sem fins lucrativos;



MUNICÍPIO DE NOVA ARAÇÁ

V - à transferência de recursos para Consórcios Públicos em decorrência de contrato de rateio;

VI - ao pagamento de precatórios judiciais, de sentenças judiciais de pequeno valor;

VII - às despesas com publicidade institucional e publicidade de utilidade pública;

VIII - às despesas com amortização, juros e encargos da dívida pública ;

IX - ao pagamento de benefícios do Regime Próprio de Previdência Social;

X - ao custeio, pelo Município, de despesas de competência de outros ;

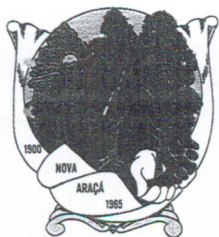
Art.10. A Reserva de Contingência para fins de atendimento dos riscos fiscais especificados no Anexo II desta Lei será constituída, exclusivamente, de recursos não vinculados do Orçamento Fiscal, e será fixada em, no mínimo, 1% (hum por cento) da receita corrente líquida.

§ 1º Para fins de utilização dos recursos a que se refere o caput, considera-se como evento fiscal imprevisto, a que se refere a alínea "b" do inciso III do caput do art. 5º da Lei Complementar nº 101/2000, a abertura de créditos adicionais para o atendimento de despesas não previstas ou insuficientemente dotadas na Lei Orçamentária de 2022.

§ 2º Não serão consideradas, para fins do disposto no caput, as eventuais Reservas de Contingência constituídas à conta de receitas vinculadas.

§ 3º O Projeto de Lei Orçamentária de 2022, poderá conter Reserva de Contingência específica, constituída de recursos livres, para atendimento de programações decorrentes de emendas individuais que forem aprovadas nos termos dos arts. 32 a 35 esta Lei.

§ 4º A Reserva de Contingência da Unidade Gestora do Regime Próprio de Previdência Social será constituída dos recursos que corresponderão à previsão de seu superávit orçamentário e somente poderá ser utilizada para a cobertura de



MUNICÍPIO DE NOVA ARAÇÁ

créditos adicionais do próprio regime.

Capítulo IV - Das Diretrizes para Elaboração e Execução do Orçamento e suas Alterações

Seção 1 - Das Diretrizes Gerais

Art. 11. Os órgãos da Administração Indireta e o Poder Legislativo encaminharão à Secretaria de Administração e Fazenda, até 10 de agosto de 2021, suas respectivas propostas orçamentárias, para fins de consolidação do Projeto de Lei Orçamentária de 2021, observadas as disposições desta Lei.

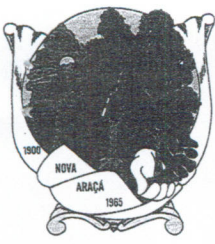
Parágrafo único. O prazo estabelecido no caput também se aplica ao respectivo conselho, em relação às deliberações que, por força de norma legal. Devem efetuar em relação às propostas de aplicação dos recursos vinculados:

- I - ao Fundo Municipal de Saúde - FMS;
- II - ao Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS ;
- III - ao Fundo Municipal dos direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA;
- IV - ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb)
- V - ao Regime Próprio de Previdência Social;

Art. 12. A elaboração e a aprovação do Orçamento para o exercício de 2022 e a sua execução obedecerão, entre outros, ao princípio da publicidade, promovendo-se a transparência da gestão fiscal e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

§ 1º Para fins de atendimento ao disposto no art. 48, § 1º, I, da Lei Complementar nº 101/2000, o Poder Executivo organizará audiência(s) pública(s) a fim de assegurar aos cidadãos a participação na seleção das prioridades de investimentos, que terão recursos consignados no orçamento.

§ 2º A Câmara Municipal organizará audiência(s) pública(s) para discussão da proposta orçamentária durante o processo de sua apreciação e aprovação.



MUNICÍPIO DE NOVA ARAÇÁ

Art. 13. Os estudos para definição do Orçamento da Receita deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos e benefícios fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos, a sua evolução nos últimos três exercícios e a projeção para os dois anos seguintes ao exercício de 2022.

§ 1º Até 20 dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal os estudos e as estimativas de receitas para próximo exercício, inclusive da receita corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

§ 2º Para fins do orçamento da Câmara Municipal, observado os limites estabelecidos no art. 29-A da Constituição Federal e a metodologia de cálculo estabelecida pela Instrução Normativa nº 13/2018 do Tribunal de Contas do Estado ou da norma que lhe for superveniente, considerar-se-á a receita arrecadada até mês de agosto, acrescida da tendência de arrecadação até o final do exercício.

Art. 14. Observado o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101/2000, somente serão iniciados novos projetos para investimentos se:

I - tiverem sido adequada e suficientemente contempladas as despesas para conservação do patrimônio público e para os projetos em andamento, constantes do Anexo IV desta Lei;

II - a ação estiver compatível com o Plano Plurianual.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica ao início ou continuidade de investimentos programados com recursos oriundos de transferências voluntárias e de operações de crédito, cuja execução fica limitada à respectiva disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 15. Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, I e II, da Lei Complementar nº 101/2000, quando for o caso, deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.



MUNICÍPIO DE NOVA ARAÇÁ

§ 1º Para efeito do disposto no art. 16, § 3º, da Lei Complementar nº 101/2000, serão consideradas despesas irrelevantes aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2022, em cada evento, não exceda aos valores limites para dispensa de licitação fixados nos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666/93, conforme o caso.

§ 2º No caso de despesas com pessoal e respectivos encargos, desde que não configurem geração de despesa obrigatória de caráter continuado, serão consideradas irrelevantes aquelas cujo montante, em cada evento, não exceda a dez vezes o menor padrão de vencimentos .

Art. 16. A compensação de que trata o art. 17, § 2º, da Lei Complementar nº 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista no inciso V do § 2º do art. 4º, da referida Lei, desde que observados:

I - o limite das respectivas dotações constantes da Lei Orçamentária de 2022 e de créditos adicionais;

II - os limites estabelecidos nos arts. 20, inciso III, e 22, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000, no caso da geração de despesas com pessoal e respectivos encargos; e

III - o valor da margem líquida de expansão constante no demonstrativo previsto no inciso "h" do inciso I, do parágrafo único do art. 1º desta Lei.

Art. 17. O controle de custos e avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal deverá ser orientado para o estabelecimento da relação entre a despesa pública e o resultado obtido, de forma a priorizar a análise da eficiência na alocação dos recursos, permitindo o acompanhamento das gestões orçamentária, financeira e patrimonial.



MUNICÍPIO DE NOVA ARAÇÁ

§ 1º Os custos serão apurados e avaliados através das operações orçamentárias, tomando-se por base, a comparação entre as despesas autorizadas e liquidadas, bem como, a comparação entre as metas físicas previstas e as realizadas.

§ 2º Caberá à Secretaria Municipal de Administração e Fazenda organizar a formação de Grupos Setoriais de Custos, oportunizando o acesso a treinamentos, reuniões técnicas e outros eventos a serem realizados com vistas ao aperfeiçoamento da gestão de custos na Administração Pública Municipal.

Seção II- Das Diretrizes Específicas do Orçamento da Seguridade Social

Art. 18. O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social, e contará, entre outros, com recursos provenientes:

I - do produto da arrecadação de impostos e transferências constitucionais vinculados às ações e serviços públicos de saúde, nos termos da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012;

II - das receitas vinculadas ao Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Municipais, que serão utilizadas exclusivamente para o pagamento dos benefícios previdenciários e para a Taxa de Administração, observados os critérios estabelecidos pela Portaria MPS n 402/2008, ou pela norma que lhe for superveniente.

III - de aportes de recursos do Orçamento Fiscal;

IV - das demais receitas cujas despesas integram, exclusivamente, o orçamento referido no caput deste artigo.

Parágrafo único. O orçamento da seguridade social será evidenciado na forma do demonstrativo previsto no inciso IV do parágrafo único do art. 7º desta Lei.

Seção III - Da limitação orçamentária e financeira

Art. 19. O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá, em até 90 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o desdobramento da receita prevista



MUNICÍPIO DE NOVA ARAÇÁ

em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para todas as Unidades Orçamentárias, considerando, nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o equilíbrio .

§ 1º O ato referido no caput deste artigo e os que o modificarem conterà:

I - metas quadrimestrais para o resultado primário acima da linha, que servirão de parâmetro para a avaliação de que trata o art. 9º, § 4º da Lei Complementar nº 101/2000;

II - metas bimestrais de realização de receitas, em atendimento ao disposto no art. 13 da Lei Complementar nº 101/2000, discriminadas, no mínimo, por origem, identificando-se separadamente, quando cabível, as medidas de combate à evasão e à sonegação fiscal e da cobrança da dívida ativa;

III - cronograma de desembolso mensal de despesas, por órgão e unidade orçamentária.

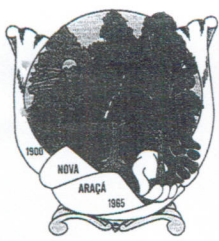
§ 2º Excetuada as despesas com pessoal e encargos sociais, precatórios e sentenças judiciais, o cronograma de desembolso do Poder Legislativo terá, como referencial, o repasse previsto no art. 168 da Constituição Federal, na forma de duodécimos.

Art. 20. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas fiscais, e observado o disposto no §2º do art. 2º desta Lei, os Poderes Executivo e Legislativo, de forma proporcional às suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observadas as respectivas fontes de recursos, nas seguintes despesas:

I - contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias, como transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;

II - obras em geral, cuja fase ou etapa ainda não esteja iniciada;

III - aquisição de combustíveis e derivados, destinada à frota de



MUNICÍPIO DE NOVA ARAÇÁ

veículos, exceto dos setores de educação e saúde;

IV - dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades;

V - diárias de viagem;

VI - festividades, homenagens, recepções e demais eventos da mesma natureza;

VII - despesas com publicidade institucional ;

VIII - horas extras.

§ 1º Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2021, observada a vinculação de recursos .

§ 2º Não serão objeto de limitação de empenho:

I - despesas relacionadas com vinculações constitucionais e legais, nos termos do § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000 e do art. 28 da Lei Complementar Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012;

II - as despesas com o pagamento de precatórios e sentenças judiciais de pequeno valor;

III - as despesas fixas e obrigatórias com pessoal e encargos sociais; e

IV - as despesas financiadas com recursos de Transferências Voluntárias da União e do Estado, Operações de Crédito e Alienação de bens, observado o disposto no art. 24 desta Lei.

§ 3º Na hipótese de ocorrência do disposto no caput deste artigo, o Poder Executivo comunicará à Câmara Municipal o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

§ 4º Os Chefes do Poder Executivo e do Poder Legislativo deverão divulgar, em ato próprio, os ajustes processados, que será discriminado, no mínimo, por



MUNICÍPIO DE NOVA ARAÇÁ

veículos, exceto dos setores de educação e saúde;

IV - dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades;

V - diárias de viagem;

VI - festividades, homenagens, recepções e demais eventos da mesma natureza;

VII - despesas com publicidade institucional ;

VIII - horas extras.

§ 1º Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2021, observada a vinculação de recursos .

§ 2º Não serão objeto de limitação de empenho:

I - despesas relacionadas com vinculações constitucionais e legais, nos termos do § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000 e do art. 28 da Lei Complementar Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012;

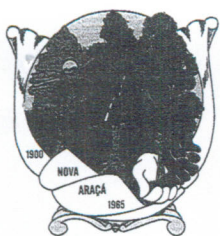
II - as despesas com o pagamento de precatórios e sentenças judiciais de pequeno valor;

III - as despesas fixas e obrigatórias com pessoal e encargos sociais; e

IV - as despesas financiadas com recursos de Transferências Voluntárias da União e do Estado, Operações de Crédito e Alienação de bens, observado o disposto no art. 24 desta Lei.

§ 3º Na hipótese de ocorrência do disposto no caput deste artigo, o Poder Executivo comunicará à Câmara Municipal o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

§ 4º Os Chefes do Poder Executivo e do Poder Legislativo deverão divulgar, em ato próprio, os ajustes processados, que será discriminado, no mínimo, por



MUNICÍPIO DE NOVA ARAÇÁ

unidade orçamentária.

§ 5º Ocorrendo o restabelecimento da receita prevista, a recomposição se fará obedecendo ao disposto no art. 9º, § 1º, da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 6º Na ocorrência de calamidade pública, reconhecida na forma da lei, serão dispensadas a obtenção dos resultados fiscais programados e a limitação de empenho enquanto perdurar essa situação, nos termos do art. 65 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 21. Observado o disposto no § 2º do art. 29-A, da Constituição Federal e o cronograma referido no § 2º do art. 19 desta Lei, o repasse financeiro da cota destinada ao atendimento das despesas do Poder Legislativo será repassado até o dia 20 de cada mês, mediante depósito em conta bancária específica, indicada pela Mesa Diretora da Câmara Municipal.

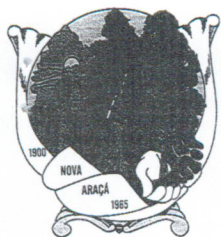
§ 1º Os rendimentos das aplicações financeiras e outros ingressos orçamentários que venham a ser arrecadados através do Poder Legislativo, serão contabilizados como receita pelo Poder Executivo, tendo como contrapartida o repasse referido no caput deste artigo.

§ 2º Até o último dia útil do exercício de 2022, o saldo de recursos financeiros porventura existentes na Câmara, será devolvido ao Poder Executivo, livre de quaisquer vinculações, deduzidos os valores correspondentes ao saldo das obrigações a pagar, nelas incluídos os restos a pagar do Poder Legislativo ;

§ 3º O eventual saldo que não for devolvido no prazo estabelecido no parágrafo anterior, será devidamente registrado na contabilidade e considerado como antecipação de repasse do exercício financeiro de 2023.

Art. 22. Os projetos, atividades e operações especiais previstos na Lei Orçamentária, ou em seus créditos adicionais, que dependam de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros recursos vinculados, só serão movimentados, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado, ainda, o montante ingressado ou garantido.

§ 1º No caso dos recursos de transferências voluntárias e de operações de crédito, considerar-se-á garantido o ingresso no fluxo de caixa, a partir da assinatura



MUNICÍPIO DE NOVA ARAÇÁ

do respectivo convênio, contrato ou instrumento congênere, bem como, na assinatura dos correspondentes aditamentos de valor, não se confundindo com as liberações financeiras de recursos, que devem obedecer ao cronograma de desembolso previsto nos respectivos instrumentos.

§ 2º A execução das Receitas e das Despesas identificará com codificação adequada cada uma das fontes de recursos, de forma a permitir o adequado controle da execução dos recursos mencionados no caput deste artigo.

Art. 23. A despesa não poderá ser realizada se não houver comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária para atendê-la, sendo vedada a adoção de qualquer procedimento que viabilize a sua realização sem observar a referida disponibilidade.

§ 1º Enquanto não aprovada a Lei Orçamentária de 2022, os valores consignados no respectivo Projeto de Lei poderão ser utilizados para demonstrar, quando exigível, a previsão orçamentária nos procedimentos referentes à fase interna da licitação.

§ 2º A contabilidade registrará todos os atos e os fatos relativos à gestão orçamentário-financeira, independentemente de sua legalidade, sem prejuízo das responsabilidades e demais consequências advindas da inobservância do disposto no caput deste artigo.

Art. 24. Para efeito do disposto no § 1º do art. 1º e do art. 42 da Lei Complementar nº 101/2000, considera-se contraída a obrigação, e exigível o empenho da despesa correspondente, no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere.

Parágrafo único. No caso de despesas relativas a obras e prestação de serviços, consideram-se compromissadas apenas as prestações cujos pagamentos devam ser realizados no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

Art. 25. As metas de receitas e despesas programadas para cada quadrimestre nos termos do art. 19 desta Lei serão objeto de avaliação em audiência pública na Câmara Municipal até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos.



MUNICÍPIO DE NOVA ARAÇÁ

2021;

III - valores já utilizados em créditos adicionais, abertos ou em tramitação;

IV - saldo atualizado do superávit financeiro disponível, por fonte de recursos.

§ 5º Considera-se superávit financeiro do exercício anterior, para fins do § 2º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/1964, os recursos que forem disponibilizados a partir do cancelamento de restos a pagar durante o exercício de 2021, obedecida a fonte de recursos correspondente.

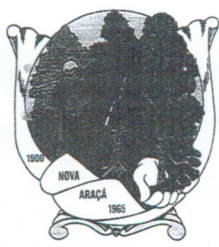
§ 6º Os projetos de lei relativos a créditos suplementares ou especiais solicitados pelo Poder Legislativo, com indicação de recursos de redução de dotações do próprio poder, serão encaminhados à Câmara Municipal no prazo de até 30 dias, a contar do recebimento da solicitação.

Art. 27. No âmbito do Poder Legislativo, a abertura de créditos suplementares autorizados na Lei Orçamentária de 2022, com indicação de recursos compensatórios do próprio órgão, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/1964, proceder-se-á por ato do Presidente da Câmara dos Vereadores.

Art. 28. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2º, da Constituição Federal, será efetivada, quando se for necessário.

Parágrafo único. Caso seja necessário, a codificação da programação objeto da reabertura dos créditos especiais e extraordinários poderá ser adequada à constante da Lei Orçamentária de 2022, desde que não haja alteração da finalidade das ações orçamentárias.

Art. 29. O Poder Executivo poderá, mediante Decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2022 e em créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e



MUNICÍPIO DE NOVA ARAÇÁ

entidades, bem como, de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, conforme definida no art. 6º desta Lei.

Parágrafo único. A transposição, transferência ou remanejamento não poderá resultar em alteração dos valores das programações aprovadas na Lei Orçamentária ou em créditos adicionais, podendo haver, excepcionalmente, ajuste na classificação por funções e subfunções.

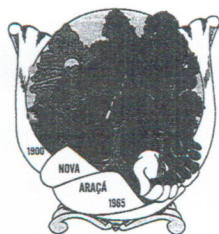
Art. 30. Não serão considerados créditos adicionais as modificações das fontes de recursos e das modalidades de aplicação da despesa aprovadas na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, que poderão ser alteradas por ato do Poder Executivo para atender às necessidades de execução orçamentária da despesa, desde que, verificada a inviabilidade técnica, operacional ou econômica da execução do crédito, através da fonte de recursos e/ou modalidade prevista na lei orçamentária e em seus créditos adicionais.

Seção V - Da execução provisória do Projeto de Lei Orçamentária

Art. 31. Se o projeto de lei orçamentária não for aprovado até 31 de dezembro de 2021, sua programação poderá ser executada até a publicação da lei orçamentária respectiva, mediante a utilização mensal de um valor básico correspondente a um doze avos das dotações para despesas correntes de atividades e um treze avos quando se tratar de despesas com pessoal e encargos sociais, constantes na proposta orçamentária.

§ 1º Excetuam-se do disposto no caput deste artigo as despesas correntes nas áreas da saúde, educação e assistência social, bem como, aquelas relativas ao serviço da dívida, amortização, precatórios judiciais e despesas à conta de recursos oriundos de transferências voluntárias e de operações de crédito, que serão executadas segundo suas necessidades específicas e a efetiva disponibilidade de recursos.

§ 2º Não será interrompido o processamento de despesas com obras em andamento, assim entendidas aquelas constantes no projeto de lei orçamentária cuja execução financeira, até 31 de dezembro de 2021, tenha ultrapassado 20%



MUNICÍPIO DE NOVA ARAÇÁ

(vinte por cento) do seu custo total estimado.

Seção VI - Das Disposições Relativas ao Regime de Aprovação e Execução das Emendas Individuais

Art. 32. O regime de aprovação e execução das emendas individuais ao projeto de lei orçamentária de que tratam os §§ 9º a 18 do art. 166 da Constituição da República atenderão ao disposto nesta Seção.

Art. 33. É obrigatória a execução orçamentária e financeira, de forma equitativa, das programações decorrentes de emendas individuais aprovadas ao projeto de lei orçamentária, observado, na execução, o limite estabelecidos no § 11 do art. 166 da Constituição.

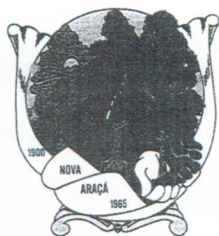
§ 1º Considera-se equitativa a execução das programações que atenda, de forma igualitária e impessoal, as emendas apresentadas, independentemente da autoria.

§ 2º Caso as emendas de que trata esta seção contemplem recursos para entidades privadas sob a forma de subvenções, auxílios ou contribuições, os autores deverão indicar, quando necessário, no prazo que for estabelecido pelo Poder Executivo, os beneficiários específicos e a ordem de prioridade para efeito da aplicação do disposto no § 1.

§ 3º A obrigatoriedade de execução orçamentária e financeira de que trata o caput compreende, cumulativamente, o empenho e o pagamento, observado o disposto no § 16 do art. 166 da Constituição.

§ 4º Se durante o exercício financeiro de 2022 for verificada a frustração de receitas na forma estabelecida pelos § 3º e 4º do art. 2º desta Lei, a execução orçamentária das programações orçamentárias das emendas individuais poderá ser reduzida na mesma proporção.

Art. 34. Para fins de atendimento ao disposto no art. 33, sem prejuízo da redução prevista no seu § 3º, o Projeto de Lei Orçamentária de 2022 conterà reserva de contingência específica em valor equivalente a 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da receita corrente líquida estimada para o exercício, sendo 0,6% (seis décimos por cento) de recursos livres e 0,6% (seis décimos por cento) de recursos



MUNICÍPIO DE NOVA ARAÇÁ

vinculados às ações e serviços públicos de saúde, a qual deverá ser indicada como fonte de recursos para a aprovação das emendas individuais.

§ 1º Para fins de cálculo do valor da Receita Corrente Líquida de que trata o caput, considerar-se-á a metodologia estabelecida na Instrução Normativa nº 13/2018, do Tribunal de Contas do Estado ou a norma que lhe for superveniente.

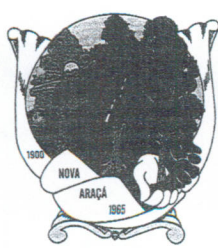
§ 2º O valor do limite para apresentação das emendas individuais por autor será obtido a partir da divisão do montante estabelecido no caput pelo número máximo de vereadores admitido pela Constituição Federal.

§ 3º É vedada qualquer forma de cessão ou transferência entre vereadores ou entre bancadas, do limite individual de que trata o parágrafo anterior.

§ 4º Não será obrigatória a execução orçamentária e financeira da emenda individual que desatenda ao disposto nos §§ 9º e 10 do art. 166 da Constituição Federal, ou os critérios estabelecidos neste artigo, sendo os recursos correspondentes revertidos à reserva de contingência de que trata o art. 10 desta Lei, os quais poderão ser utilizados pelo Poder Executivo para a abertura de créditos adicionais.

Art. 35. Para fins do disposto no § 12 do art. 166 da Constituição, consideram-se, impedimentos de ordem técnica:

- I - não indicação, pelo autor da emenda individual, quando for o caso, do beneficiário e respectivo valor da emenda, observado o disposto no §2º, do art. 33 desta Lei;
- II - não cumprimento pela entidade beneficiária, dos requisitos estabelecidos na Seção VII do Capítulo IV desta Lei, no caso de emendas que proponham transferências de recursos sob a forma de subvenções, auxílios ou contribuições ;
- III - desistência expressa do autor da emenda;
- IV - incompatibilidade do objeto da emenda com a finalidade do programa ou da ação orçamentária emendada;
- V - no caso de emendas relativas à execução de obras,



MUNICÍPIO DE NOVA ARAÇÁ

incompatibilidade do valor proposto com o cronograma físico financeiro de execução do projeto;

VI - a aprovação de emenda individual que conceda dotação para instalação ou funcionamento de serviço público que não esteja anteriormente criado por Lei;

VII - a não indicação da Reserva de Contingência referida no art. 34 desta Lei como fonte de recursos para as emendas individuais;

§ 1º os casos de impedimentos de ordem técnica que trata este artigo serão comunicados formalmente pelo Poder Executivo, observado o disposto no § 14 do art. 166 da Constituição.

§ 2º As dotações orçamentárias relativas às emendas individuais que permanecerem com impedimento técnico após 20 de novembro de 2022 poderão ser utilizadas pelo Poder Executivo como fonte de recursos para a abertura de créditos adicionais, na forma da Lei Federal nº 4.320/1964.

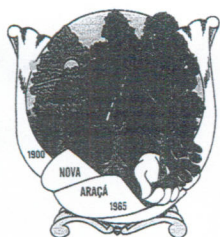
§ 3º Além do disposto nos incisos I a VII, o Poder Executivo poderá, mediante decreto, estabelecer critérios e procedimentos adicionais relacionados aos casos de impedimentos de ordem técnica que trata o caput .

Art. 36. Caberá à contabilidade do Município, através de registros contábeis específicos, ou através de codificação a ser introduzida no sistema de execução financeira e orçamentária, identificar e acompanhar a execução orçamentária da programação incluída ou acrescida mediante emendas de que trata esta Seção.

Seção VII - Da Destinação de Recursos Públicos a Pessoas Físicas e Jurídicas Subseção 1 - Das Subvenções Econômicas

Art. 37. A destinação de recursos para equalização de encargos financeiros ou de preços, o pagamento de bonificações a produtores rurais e a ajuda financeira, a qualquer título, a entidades privadas com fins lucrativos, poderá ocorrer desde que atendido o disposto nos artigos 26, 27 e 28 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º Em atendimento ao disposto no art. 19 da Lei Federal nº 4.320/1964, a destinação de recursos às entidades privadas com fins lucrativos de que trata o caput somente poderá ocorrer por meio de subvenções econômicas, sendo



MUNICÍPIO DE NOVA ARAÇÁ

vedada a transferência a título de contribuições ou auxílios para despesas de capital.

§ 2º As transferências a entidades privadas com fins lucrativos de que trata o "caput" deste artigo, serão executadas na modalidade de aplicação "60 - Transferências a Instituições Privadas com fins lucrativos" e no elemento de despesa "45 - Subvenções Econômicas".

Art. 38. No caso das pessoas físicas, a ajuda financeira referida art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000 será efetivada exclusivamente por meio de programas instituídos nas áreas de assistência social, saúde, educação, cultura, desporto, geração de trabalho e renda, agricultura e política habitacional, nos termos da legislação específica.

Subseção II- Das Subvenções Sociais

Art. 39. A transferência de recursos a título de subvenções sociais, nos termos dos arts. 12, § 3º, I, 16 e 17 da Lei Federal nº 4.320/1964, atenderá às entidades privadas sem fins lucrativos que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de cultura, assistência social, saúde e educação.

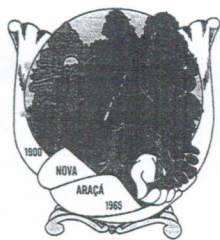
Parágrafo único. As subvenções que se destinarem à cobertura de déficits de funcionamento das entidades mencionadas no caput deverão ser autorizadas por lei específica, nos termos do art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000.

Subseção III - Das Contribuições Correntes e de Capital

Art. 40. A transferência de recursos a título de contribuição corrente somente será destinada a entidades sem fins lucrativos que preencham uma das seguintes condições:

I - estejam autorizadas em lei específica, que identifique expressamente a entidade beneficiária, sendo tal condição obrigatória quando os recursos se destinarem à cobertura de déficit de funcionamento da entidade beneficiada ;

II - estejam nominalmente identificadas na Lei Orçamentária de 2022; ou



MUNICÍPIO DE NOVA ARAÇÁ

III - sejam selecionadas para execução, em parceria com a Administração Pública Municipal, de atividades ou projetos que contribuam diretamente para o alcance de diretrizes, objetivos e metas previstas no Plano Plurianual.

Art. 41. A alocação de recursos para entidades privadas sem fins lucrativos, a título de contribuições de capital, fica condicionada à autorização em lei especial anterior de que trata o art. 12, § 6º, da Lei Federal nº- 4.320/1964.

Subseção IV - Dos Auxílios

Art. 42. A transferência de recursos a título de auxílios, previstos no art. 12, § 6º, da Lei Federal nº 4.320/1964, somente poderá ser realizada para entidades privadas sem fins lucrativos que sejam:

I - de atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para a educação básica;

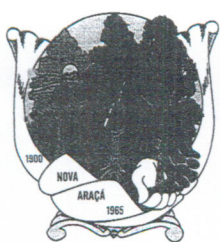
II - para o desenvolvimento de programas voltados a manutenção e preservação do Meio Ambiente;

III - voltadas a ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público, prestadas por entidades sem fins lucrativos que sejam certificadas como entidades beneficentes de assistência social na área de saúde;

IV - qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, com termo de parceria firmada com o Poder Público Municipal, de acordo com a Lei Federal nº 9.790/1999, e que participem da execução de programas constantes no plano plurianual, devendo a destinação de recursos guardar conformidade com os objetivos sociais da entidade;

V - qualificadas para o desenvolvimento de atividades esportivas que contribuam para a formação e capacitação de atletas;

VI - destinada a atender, assegurar e a promover o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua habilitação, reabilitação e integração social e cidadania, nos termos da Lei Federal nº 13.146/2015;



MUNICÍPIO DE NOVA ARAÇÁ

VII - constituídas sob a forma de associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas em situação de risco social, reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis e/ou reutilizáveis, cujas ações estejam contempladas no Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, de que trata a Lei Federal nº 12.305/2010, regulamentada pelo Decreto Federal nº 7.404/2010; e

VIII - voltadas ao atendimento direto e gratuito ao público na área de assistência social que:

a) se destinem a pessoas idosas, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, risco pessoal e social;

b) sejam voltadas ao atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social, violação de direito ou diretamente alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e geração de trabalho e renda;

§ 1º No caso do inciso I, a transferência de recursos públicos deve ser obrigatoriamente justificada e vinculada ao plano de expansão da oferta pública na respectiva etapa e modalidade de educação.

§ 2º No caso do inciso IV, as transferências serão efetuadas por meio de termo de parceria, caso em que deverá ser observada a legislação específica pertinente a essas entidades e processo seletivo de ampla divulgação.

Subseção V - Das Disposições Gerais para Destinação de Recursos Públicos para Pessoas Físicas e Jurídicas

Art. 43. Sem prejuízo das demais disposições contidas nesta seção, a transferência de recursos prevista na Lei Federal nº 4.320/1964, a entidade privada sem fins lucrativos, dependerá ainda de:

I - execução da despesa na modalidade de aplicação "50 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos" e nos elementos de despesa "41 - Contribuições", "42 - Auxílio" ou "43 - Subvenções Sociais";

I - estar regularmente constituída, assim considerado:

a) no mínimo 01 (hum) ano de existência, com cadastro ativo,



MUNICÍPIO DE NOVA ARAÇÁ

comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, admitida a redução deste prazo por autorização legislativa específica na hipótese de nenhuma pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos atingi-lo;

b) tenha escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade;

III - ter apresentado as prestações de contas de recursos anteriormente recebidos, nos prazos e condições fixados na legislação e no convênio ou termo de parceria, contrato ou instrumento congênere celebrados;

IV - inexistir prestação de contas rejeitada pela Administração Pública nos últimos 5 (cinco) anos, exceto se a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo, for sanada a irregularidade ou quitados os débitos ou reconsiderada a decisão pela rejeição

V - não ter como dirigente pessoa que:

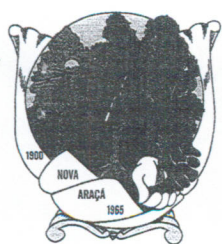
a) seja membro de Poder, órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como, parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

b) incida em quaisquer das hipóteses de inelegibilidade previstas no art. 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990;

c) cujas contas relativas a convênios, termos de parcerias, contratos ou instrumentos congêneres tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;

d) tenha sido julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;

e) tenha sido considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº



MUNICÍPIO DE NOVA ARAÇÁ

8.429, de 2 de junho de 1992.

VI - formalização de processo administrativo, no qual fiquem demonstrados formalmente o cumprimento das exigências legais em razão do regime jurídico aplicável à espécie, além da emissão de pareceres do órgão técnico da Administração Pública e do órgão de assessoria ou consultoria jurídica da Administração Pública acerca da possibilidade de celebração da parceria.

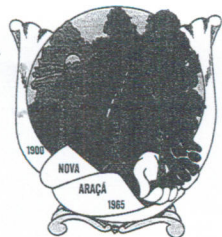
Parágrafo único. Caberá ao setor responsável pelos contratos/convênios, verificar e declarar a implementação das condições previstas neste artigo e demais requisitos estabelecidos nesta seção, comunicando à Unidade Central de Controle Interno eventuais irregularidades verificadas.

Art. 44. É necessária a contrapartida para as transferências previstas na forma de subvenções, auxílios e contribuições, que poderá ser atendida por meio de recursos financeiros ou de bens ou serviços economicamente mensuráveis, cuja expressão monetária será obrigatoriamente identificada no termo de colaboração ou de fomento.

Art. 45. As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos municipais, a qualquer título, sujeitar-se-ão à fiscalização da Administração Pública e dos conselhos de políticas públicas setoriais, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Parágrafo único. Enquanto vigentes os respectivos convênios, termos de parceria, contratos ou instrumentos congêneres, o Poder Executivo deverá divulgar e manter atualizadas na internet relação das entidades privadas beneficiadas com recursos de subvenções, contribuições e auxílios, contendo, pelo menos:

- I - nome e CNPJ da entidade;
- II - nome, função e CPF dos dirigentes;
- III - área de atuação;
- IV - endereço da sede;
- V - data, objeto, valor e número do convênio, termo de parceria, contrato ou instrumento congênere;



MUNICÍPIO DE NOVA ARAÇÁ

VI - valores transferidos e respectivas datas.

Art. 46. As transferências de recursos de que trata esta Seção serão feitas por intermédio de instituição financeira oficial determinada pela Administração Pública, devendo a nota de empenho ser emitida até a data da assinatura do respectivo convênio, termo de parceria, ajuste ou instrumento congênere, observado o princípio da competência da despesa, previsto no art. 50, inciso II, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 47. Toda movimentação de recursos relativos às subvenções, contribuições e auxílios de que trata esta Seção, por parte das entidades beneficiárias, somente será realizada observando-se os seguintes preceitos:

I - depósito e movimentação em conta bancária específica para cada instrumento de transferência;

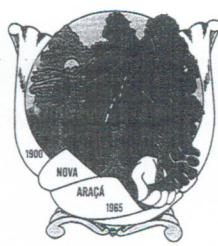
II - desembolsos mediante documento bancário, por meio do qual se faça crédito na conta bancária de titularidade do fornecedor ou prestador de serviços.

Parágrafo único. Em sendo formalmente demonstrada a impossibilidade de pagamento de fornecedores ou prestadores de serviços mediante transferência bancária, o convênio, o termo de parceria, o ajuste ou instrumento congênere poderá admitir a realização de pagamento em espécie, desde que a relação de tais pagamentos conste no plano de trabalho e os recibos ou documentos fiscais pertinentes identifiquem adequadamente os credores.

Art. 48. Não se aplicam a disposições desta seção os recursos entregues a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio, nos termos regulados pela Lei Federal nº 11.107/2005 e pelo Decreto Federal nº 6.017/2017.

Seção VIII - Dos Empréstimos, Financiamentos e Refinanciamentos

Art. 49. Observado o disposto no art. 27 da Lei Complementar nº 101/2000, a concessão de empréstimos e financiamentos destinados a pessoas físicas e jurídicas fica condicionada ao pagamento de juros não inferiores a 6% ao ano, ou ao custo de captação e também às seguintes exigências:



MUNICÍPIO DE NOVA ARAÇÁ

- I - concessão através de fundo rotativo ou programa governamental específico;
- II - pré-seleção e aprovação dos beneficiários pelo Poder Público;
- III - formalização de contrato;
- IV - assunção, pelo mutuário, dos encargos financeiros, eventuais comissões, taxas e outras despesas cobradas pelo agente financeiro, quando for o caso.

§ 1º No caso das pessoas jurídicas, serão consideradas como prioritárias, para a concessão de empréstimos ou financiamentos, as empresas que:

- I - desenvolvam projetos de responsabilidade socioambiental ;
- II - integrem as cadeias produtivas locais;
- III - empreguem pessoas com deficiência em proporção superior à exigida no art. 110 da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991;
- IV - adotem políticas de participação dos trabalhadores nos lucros;

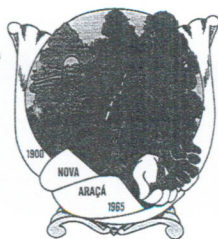
§ 2º Através de lei específica, poderá ser concedido subsídio para o pagamento dos empréstimos e financiamentos de que trata o caput deste artigo;

§ 3º As prorrogações e composições de dívidas decorrentes de empréstimos, financiamentos e refinanciamentos concedidos com recursos do Município dependem de autorização expressa em lei específica.

Capítulo V - Das Disposições Relativas à Dívida Pública Municipal

Art. 50. A lei orçamentária anual garantirá recursos para pagamento da dívida pública municipal, nos termos dos compromissos firmados, inclusive com a previdência social.

Art. 51. O projeto de Lei Orçamentária somente poderá incluir, na composição da receita total do Município, recursos provenientes de operações de crédito já contratadas ou autorizadas pelo Ministério da Fazenda, respeitados os



MUNICÍPIO DE NOVA ARAÇÁ

limites estabelecidos no artigo 167, inciso III, da Constituição Federal e em Resolução do Senado Federal.

Capítulo VI - Das Disposições Relativas às Despesas com Pessoal e Encargos Sociais

Art. 52. No exercício de 2022, as despesas globais com pessoal e encargos sociais do Município, dos Poderes Executivo e Legislativo, compreendidas as entidades mencionadas no art. 10 dessa Lei, deverão obedecer às disposições da Lei Complementar nº 101/2000, bem como, as alterações trazidas pelos art. 7º e 8º da Lei Complementar nº 173 de 27 de Maio de 2020.

§ 1º Os Poderes Executivo e Legislativo terão como base de projeção de suas propostas orçamentárias, relativo a pessoal e encargos sociais, a despesa com a folha de pagamento do mês de agosto de 2021, compatibilizada com as despesas apresentadas até esse mês e os eventuais acréscimos legais com efeito financeiro em 2022, inclusive a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos e o crescimento vegetativo.

§ 2º A revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos municipais e do subsídio de que trata o § 4º do art. 39 da Constituição Federal, levará em conta, tanto quanto possível, a variação do poder aquisitivo da moeda nacional, segundo índices oficiais.

Art. 53. Para fins dos limites previstos no art. 19, inciso III, alíneas "a" e "b" da Lei Complementar nº 101/2000, o cálculo das despesas com pessoal dos poderes Executivo e Legislativo deverá observar as prescrições da Instrução Normativa nº 13/2018 do Tribunal de Contas do Estado, ou a norma que lhe for superveniente.

Art. 54. Para fins de atendimento ao disposto no art. 39, § 6º da Constituição Federal, até 30 dias antes do prazo previsto para envio do Projeto de Lei Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo publicará os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos .



MUNICÍPIO DE NOVA ARAÇÁ

Parágrafo único. O Poder Legislativo, observará o cumprimento do disposto neste artigo, mediante ato da mesa diretora da Câmara Municipal.

Art. 55. O aumento da despesa com pessoal, em decorrência de quaisquer das medidas relacionadas no artigo 169, § 1º, da Constituição Federal, desde que observada a legislação vigente, respeitados os limites previstos nos artigos 20 e 22, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000, e cumpridas as exigências previstas nos artigos 16 e 17 do referido diploma legal, fica autorizado para:

I - prover cargos efetivos, mediante concurso público, bem como efetuar contratações por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, respeitada a legislação municipal vigente;

§ 1º Também estão autorizadas as seguintes ações, relacionadas com a política de pessoal da Administração Municipal:

I - proporcionar o desenvolvimento profissional de servidores municipais, mediante a realização de programas de treinamento;

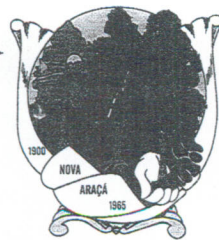
II - proporcionar o desenvolvimento pessoal dos servidores municipais, mediante a realização de programas informativos, educativos e culturais;

III - melhorar as condições de trabalho, equipamentos e infraestrutura, especialmente no que concerne à saúde, alimentação, transporte e segurança no trabalho.

§ 2º No caso de aumento de despesas com pessoal do Poder Legislativo, deverão ser obedecidos, adicionalmente, os limites fixados nos arts. 29 e 29-A da Constituição Federal.

§ 3º Os atos que provoquem aumento da despesa serão considerados nulos de pleno direito, caso não atendam às exigências previstas na Lei Complementar nº 101/2000 e Lei Complementar nº 173/2020.

Art. 56. Quando a despesa com pessoal houver ultrapassado 51,3% (cinquenta e um inteiros e três décimos por cento) e 5,7% (cinco inteiros e sete



MUNICÍPIO DE NOVA ARAÇÁ

décimos por cento) da Receita Corrente Líquida, respectivamente, no Poder Executivo e Legislativo, a contratação de horas-extras somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de situações emergenciais, de risco ou prejuízo para a população, tais como:

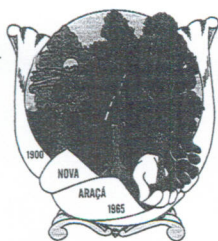
- I - as situações de emergência ou de calamidade pública ;
- II - as situações de risco iminente à segurança de pessoas ou bens;
- III - a relação custo-benefício se revelar mais favorável em relação a outra alternativa possível.

Parágrafo único. A autorização para a realização de serviço extraordinário, no âmbito do Poder Executivo, nas condições estabelecidas neste artigo, é de exclusiva competência do Prefeito Municipal.

Capítulo VII - Das Alterações na Legislação Tributária

Art. 57. As receitas serão estimadas e discriminadas:

- I - considerando a legislação tributária vigente até a data do envio do projeto de lei orçamentária à Câmara Municipal;
- II - considerando, se for o caso, os efeitos das alterações na legislação tributária, resultantes de projetos de lei encaminhados à Câmara Municipal até a data de apresentação da proposta orçamentária de 2022, especialmente sobre:
 - a) atualização da planta genérica de valores do Município;
 - b) revisão, atualização ou adequação da legislação sobre o Imposto Predial e Territorial Urbano , suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamento, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade desse imposto;
 - c) revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;
 - d) revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviços de



MUNICÍPIO DE NOVA ARAÇÁ

Qualquer Natureza;

e) revisão da legislação aplicável ao Imposto Sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis ;

f) instituição de novas taxas pela prestação de serviços públicos e pelo exercício do poder de polícia;

g) revisão das isenções tributárias, para atender ao interesse público e à justiça social;

h) revisão das contribuições sociais, destinadas à seguridade social, cuja necessidade tenha sido evidenciada através de cálculo atuarial;

i) demais incentivos e benefícios fiscais.

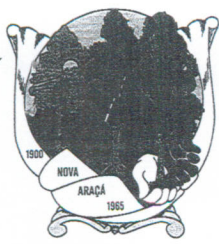
Art. 58. Caso não sejam aprovadas as modificações referidas no inciso II do art. 57, ou essas o sejam parcialmente, de forma a impedir a integralização dos recursos estimados, o Poder Executivo providenciará, conforme o caso, os ajustes necessários na programação da despesa, mediante Decreto .

Art. 59. O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar incentivos ou benefícios fiscais de natureza tributária ou não tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder remissão e anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita.

§ 1º A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício fiscal de natureza tributária ou não tributária, não considerado na estimativa da receita orçamentária, dependerá da realização do estudo do impacto orçamentário e financeiro e somente entrará em vigor se adotadas, conjunta ou isoladamente, as seguintes medidas de compensação:

a) aumento de receita proveniente de elevação de alíquota, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição;

b) cancelamento, durante o período em que vigorar o benefício, de



MUNICÍPIO DE NOVA ARAÇÁ

despesas em valor equivalente.

§ 2º Poderá ser considerado como aumento permanente de receita, para efeito do disposto neste artigo, o acréscimo que for observado na arrecadação dos tributos que são objeto de transferência constitucional, com base nos artigos 158 e 159 da Constituição Federal, em percentual que supere a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

§ 3º Não se sujeitam às regras do §1º:

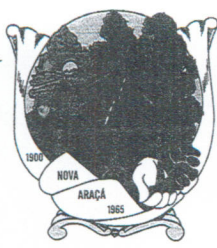
I - a homologação de pedidos de isenção, remissão ou anistia apresentados com base na legislação municipal preexistente;

II - proposições de incentivos ou benefícios fiscais de natureza tributária ou não tributária cujo impacto seja irrelevante, assim considerado o limite de 0,5 % (cinco décimos por cento) da Receita Corrente Líquida prevista para o exercício de 2021.

Art. 60. Conforme permissivo do art. 172, inciso III, da Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, Código Tributário Nacional, e o inciso II, do §3º do art. 14, da Lei Complementar nº 101/2000, os créditos tributários lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita.

Capítulo VIII - Das Disposições Gerais

Art. 61. Para fins de atendimento ao disposto no art. 62 da Lei Complementar nº 101/2000, fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios, ajustes e/ou contratos, para o custeio de despesas de competência da União e/ou Estado, exclusivamente para o atendimento de programas de segurança pública, justiça eleitoral, fiscalização sanitária, tributária e ambiental, educação, cultura, saúde, assistência social, agricultura, meio ambiente, alistamento militar ou a execução de projetos específicos de desenvolvimento econômico-social.



MUNICÍPIO DE NOVA ARAÇÁ

Parágrafo único. A Lei Orçamentária anual, ou seus créditos adicionais, deverão contemplar recursos orçamentários suficientes para o atendimento das despesas de que trata o caput deste artigo.

Art. 62. As emendas ao projeto de lei orçamentária ou aos projetos de lei que a modifiquem, não sujeitas ao regime de aprovação e execução estabelecido nos arts. 32 a 35 desta Lei, deverão ser compatíveis com os programas e objetivos da Lei nº 3.440 de 16/06/2021 - Plano Plurianual 2022/2025 e com as diretrizes, disposições, prioridades e metas desta Lei.

§ 1º Não serão admitidas, com a ressalva do inciso III do § 3º do art. 166 da Constituição Federal, as emendas que incidam sobre:

- a) pessoal e encargos sociais e
- b) serviço da dívida.

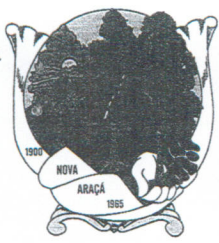
§ 2º Para fins do disposto no § 3º, inciso I, do art. 166 da Constituição, serão consideradas incompatíveis com as diretrizes orçamentárias estabelecidas por esta Lei:

I - as emendas que acarretem a aplicação de recursos abaixo dos limites constitucionais mínimos previstos para os gastos com a manutenção e desenvolvimento do ensino e com as ações e serviços públicos de saúde;

II - as emendas que não preservem as dotações destinadas ao pagamento de sentenças judiciais ;

III - as emendas que reduzam o montante de dotações suportadas por recursos oriundos de transferências legais ou voluntárias da União e do Estado, alienação de bens e operações de crédito;

§ 3º Para fins do disposto no art. 166, § 8º, da Constituição Federal, serão levados à reserva de contingência referida no caput do art. 10 os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto da Lei Orçamentária Anual de 2022, ficarem sem despesas correspondentes.



MUNICÍPIO DE NOVA ARAÇÁ

Art. 63. Por meio da Secretaria Municipal de Fazenda, o Poder Executivo deverá atender às solicitações encaminhadas pela Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara Municipal, relativas a informações quantitativas e qualitativas complementares julgadas necessárias à análise da proposta orçamentária.

Art. 64. Em consonância com o que dispõe o § 5º do art. 166 da Constituição Federal e a Lei Orgânica Municipal, poderá o Prefeito enviar Mensagem à Câmara Municipal para propor modificações aos projetos de lei orçamentária enquanto não estiver concluída a votação da parte cuja alteração é proposta.

Art. 65 Fica facultado ao Poder Executivo publicar no órgão oficial de imprensa, de forma simplificada, a Lei Orçamentária Anual, bem como, as leis e os decretos de abertura dos créditos adicionais.

Art. 66. Fica autorizada a retificação e republicação da Lei Orçamentária e dos Créditos Adicionais, nos casos de inexatidões formais.

Parágrafo único. Para os fins do disposto no caput consideram-se inexatidões formais quaisquer inconformidades com a legislação vigente, da codificação ou descrição de órgãos, unidades orçamentárias, funções, subfunções, programas, natureza da despesa ou da receita e fontes de recursos, desde que não impliquem em mudança de valores e de finalidade da programação.

Art. 67. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Araçá, aos 29 dias do mês de junho de 2021.

CÂMARA DE NOVA ARAÇÁ
A) Aprovado () Rejeitado por _____
Com 27 Votos Vencidos / _____ Abstenções
Sessão (X) Ordinária () Extraordinária
Data 29/06/2021 ATANº 021/2021

PRESIDENTE

Ademir Dal Pozzo
Prefeito Municipal

Ademir Dal Pozzo

Ara P. Morin

Prefeitura Municipal de Nova Araçá
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias - 2022
Anexo IV - Meta Fiscal da Receita

Código	UG	Especificação da Receita	Tipo	Fonte	C.Pec	2022	2023	2024
1.0.0.0.00.0.00.00.00		RECEITAS CORRENTES	S			33.556.410,29	34.200.647,14	34.857.067,94
1.1.0.0.00.0.00.00.00		IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	S			2.430.857,50	2.479.474,64	2.529.064,10
1.1.1.0.00.0.00.00.00		IMPOSTOS	S			2.226.827,50	2.271.364,04	2.316.791,30
1.1.1.3.00.0.00.00.00		IMPOSTOS SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA	S			505.828,20	515.944,75	526.263,65
1.1.1.3.03.0.00.00.00		IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE	S			480.073,20	489.674,66	499.468,16
1.1.1.3.03.1.00.00.00		IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO	S			480.073,20	489.674,66	499.468,16
1.1.1.3.03.1.1.01.00.00		IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO - PRINCIPAL	S			463.580,00	472.861,80	482.319,04
1.1.1.3.03.1.1.01.01.00	1	IRRF SOBRE RENDIMENTOS DO TRABALHO - PRINCIPAL - ATIVOS/INATIVOS DO PODER	A	1	0	278.154,00	283.717,08	289.391,42
1.1.1.3.03.1.1.01.01.00	1	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PRÓPRIO	A	20	0	115.897,50	118.215,45	120.579,76
1.1.1.3.03.1.1.01.02.00	1	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	A	20	0	69.538,50	70.929,27	72.347,86
1.1.1.3.03.1.1.01.03.00	1	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	A	40	0	11.332,20	11.558,85	11.790,03
1.1.1.3.03.1.1.02.00.00	1	IRRF SOBRE RENDIMENTOS DO TRABALHO - PRINCIPAL - ATIVOS/INATIVOS DO PODER LEGISLATIVO	S			6.799,32	6.935,31	7.074,02
1.1.1.3.03.1.1.02.01.00	1	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - PRÓPRIO	A	1	0	2.833,05	2.889,71	2.947,50
1.1.1.3.03.1.1.02.02.00	1	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - MDE	A	20	0	1.689,83	1.733,83	1.768,51
1.1.1.3.03.1.1.03.00.00	1	IRRF SOBRE RENDIMENTOS DO TRABALHO - PRINCIPAL - INATIVOS PAGOS PELO RPPS	S			3.080,60	3.152,41	3.215,46
1.1.1.3.03.1.1.03.01.00	1	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PRÓPRIO	A	40	0	1.854,36	1.891,45	1.929,28
1.1.1.3.03.1.1.03.02.00	1	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	A	20	0	772,65	788,10	803,86
1.1.1.3.03.1.1.03.03.00	1	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	A	40	0	463,59	472,86	482,32
1.1.1.3.03.1.1.05.00.00	1	IRRF SOBRE RENDIMENTOS DO TRABALHO - PRINCIPAL - PENSIONISTAS PAGOS PELO RPPS	S			2.080,40	2.101,80	2.143,63
1.1.1.3.03.1.1.05.01.00	1	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Pensionistas pagos pelo RPPS - PRÓPRIO	A	1	0	1.236,24	1.260,96	1.286,18
1.1.1.3.03.1.1.05.02.00	1	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Pensionistas pagos pelo RPPS - MDE	A	20	0	515,10	525,40	535,91
1.1.1.3.03.1.1.05.03.00	1	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Pensionistas pagos pelo RPPS - ASPS	A	40	0	309,06	315,24	321,54
1.1.1.3.03.4.0.00.00.00	1	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - OUTROS RENDIMENTOS	S			25.755,00	26.270,09	26.795,49
1.1.1.3.03.4.1.00.00.00	1	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - OUTROS RENDIMENTOS - PRINCIPAL	S			25.755,00	26.270,09	26.795,49
1.1.1.3.03.4.1.01.00.00	1	IRRF - OUTROS RENDIMENTOS - PRINCIPAL - PODER EXECUTIVO	S			24.724,80	25.219,29	25.723,68
1.1.1.3.03.4.1.01.01.00	1	IRRF - OUTROS Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PRÓPRIO	A	1	0	14.834,88	15.131,58	15.434,21
1.1.1.3.03.4.1.01.01.00	1	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	A	20	0	6.181,20	6.304,82	6.430,92
1.1.1.3.03.4.1.01.02.00	1	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	A	40	0	3.708,72	3.782,89	3.858,55
1.1.1.3.03.4.1.01.03.00	1	IRRF - OUTROS RENDIMENTOS - PRINCIPAL - PODER LEGISLATIVO	S			1.030,20	1.050,80	1.071,81
1.1.1.3.03.4.1.02.01.00	1	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Legislativo - PRÓPRIO	A	1	0	618,12	630,48	643,09
1.1.1.3.03.4.1.02.02.00	1	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Legislativo - Principal - MDE	A	20	0	257,55	267,70	267,95

Prefeitura Municipal de Nova Araçá
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias - 2022
Anexo IV - Meta Fiscal da Receita

Código	UG	Especificação da Receita	Tipo	Fonte	C. Pec	2022	2023	2024
1.1.1.3.03.4.1.02.03.00	1	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Legislativo - Principal - ASPS	A	40	0	154,53	157,62	160,77
1.1.1.8.00.0.0.00.00.00		IMPOSTOS ESPECÍFICOS DE ESTADOS/DF MUNICÍPIOS	S			1.720.999,30	1.755.419,29	1.790.527,65
1.1.1.8.01.0.0.00.00.00		IMPOSTOS SOBRE O PATRIMÔNIO PARA ESTADOS/DF/MUNICÍPIOS	S			1.190.244,60	1.214.049,50	1.238.330,47
1.1.1.8.01.1.0.00.00.00		IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA	S			801.394,60	817.422,50	833.770,94
1.1.1.8.01.1.1.00.00.00		IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - PRINCIPAL	S			777.700,00	793.254,00	809.119,07
1.1.1.8.01.1.1.01.00.00	1	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - PRINCIPAL	A	1	0	466.620,00	475.952,40	485.471,44
1.1.1.8.01.1.1.02.00.00	1	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - PRINCIPAL	A	20	0	194.425,00	198.313,50	202.279,77
1.1.1.8.01.1.1.03.00.00	1	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - PRINCIPAL	A	40	0	116.655,00	118.988,10	121.367,86
1.1.1.8.01.1.2.00.00.00	1	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - MULTAS E JUROS	S			15.453,00	15.762,07	16.077,31
1.1.1.8.01.1.2.01.00.00	1	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - MULTAS E JUROS	A	1	0	9.271,80	9.457,24	9.646,38
1.1.1.8.01.1.2.02.00.00	1	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - MULTAS E JUROS	A	20	0	3.863,25	3.940,52	4.019,33
1.1.1.8.01.1.3.00.00.00	1	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - DÍVIDA ATIVA	S			2.317,95	2.364,31	2.411,60
1.1.1.8.01.1.3.01.00.00	1	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - DÍVIDA ATIVA	A	40	0	0,00	0,00	0,00
1.1.1.8.01.1.3.02.00.00	1	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - DÍVIDA ATIVA	A			0,00	0,00	0,00
1.1.1.8.01.1.3.03.00.00	1	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - DÍVIDA ATIVA	A	1	0	8.241,60	8.406,43	8.574,56
1.1.1.8.01.1.4.00.00.00	1	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	A	1	0	4.944,96	5.043,86	5.144,74
1.1.1.8.01.1.4.01.00.00	1	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	A	20	0	2.060,40	2.101,61	2.143,64
1.1.1.8.01.1.4.02.00.00	1	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	A	40	0	1.236,24	1.260,96	1.286,18
1.1.1.8.01.1.4.03.00.00	1	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	S			388.850,00	396.627,00	404.559,53
1.1.1.8.01.1.4.04.00.00.00	1	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	S			388.850,00	396.627,00	404.559,53
1.1.1.8.01.4.1.01.00.00	1	IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO INTER VIVOS DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE	A	1	0	233.310,00	237.976,20	242.735,72
1.1.1.8.01.4.1.02.00.00	1	IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO INTER VIVOS DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE	A	20	0	97.212,50	99.156,75	101.139,88
1.1.1.8.01.4.1.03.00.00	1	IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO INTER VIVOS DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE	A	40	0	58.327,50	59.494,05	60.683,93
1.1.1.8.02.0.0.00.00.00	1	IMPOSTOS SOBRE A PRODUÇÃO, CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS	S			530.754,70	541.389,79	552.197,18
1.1.1.8.02.0.0.00.00.00	1	IMPOSTOS SOBRE A PRODUÇÃO, CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS	S			530.754,70	541.389,79	552.197,18
1.1.1.8.02.0.0.00.00.00	1	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA	S			505.000,00	515.100,00	525.402,00
1.1.1.8.02.3.1.00.00.00	1	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - PRINCIPAL	S	1	0	303.000,00	309.060,00	315.241,20
1.1.1.8.02.3.1.01.00.00	1	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - PRINCIPAL	A	20	0	126.250,00	128.775,00	131.350,50
1.1.1.8.02.3.1.02.00.00	1	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - PRINCIPAL	A	40	0	75.750,00	77.265,00	78.810,30
1.1.1.8.02.3.1.03.00.00	1	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - PRINCIPAL	S			10.302,00	10.508,04	10.718,20

Prefeitura Municipal de Nova Araçá
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias - 2022
Anexo IV - Meta Fiscal da Receita

Código	UG	Especificação da Receita	Tipo	Fonte	C. Pec	2022	2023	2024
1.1.1.8.02.3.2.01.00.00	1	ISS - Multas e Juros - PRÓPRIO	A	1	0	6.181,20	6.304,82	6.430,92
1.1.1.8.02.3.2.02.00.00	1	ISS - Multas e Juros - MDE	A	20	0	2.575,50	2.627,01	2.679,55
1.1.1.8.02.3.2.03.00.00	1	ISS - Multas e Juros - ASPS	A	40	0	1.545,30	1.576,21	1.607,73
1.1.1.8.02.3.3.00.00.00	1	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - DÍVIDA ATIVA	S			10.301,70	10.507,73	10.717,88
1.1.1.8.02.3.3.01.00.00	1	ISS - Dívida Ativa - PRÓPRIO	A	1	0	6.181,20	6.304,82	6.430,92
1.1.1.8.02.3.3.02.00.00	1	ISS - Dívida Ativa - MDE	A	20	0	2.575,20	2.626,70	2.679,23
1.1.1.8.02.3.3.03.00.00	1	ISS - Dívida Ativa - ASPS	A	40	0	1.545,30	1.576,21	1.607,73
1.1.1.8.02.3.4.00.00.00	1	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	S			5.151,00	5.254,02	5.359,10
1.1.1.8.02.3.4.01.00.00	1	ISS - Dívida Ativa - Multas e Juros - PRÓPRIO	A	1	0	3.090,60	3.152,41	3.215,46
1.1.1.8.02.3.4.02.00.00	1	ISS - Dívida Ativa - Multas e Juros - MDE	A	20	0	1.287,75	1.313,51	1.339,78
1.1.1.8.02.3.4.03.00.00	1	ISS - Dívida Ativa - Multas e Juros - ASPS	A	40	0	772,65	788,10	803,86
1.1.2.0.00.0.0.00.00.00	1	TAXAS	S			204.030,00	208.110,60	212.272,80
1.1.2.8.00.0.0.00.00.00	1	TAXAS - ESPECÍFICAS DE ESTADOS, DF E MUNICÍPIOS	S			204.030,00	208.110,60	212.272,80
1.1.2.8.01.0.0.00.00.00	1	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO	S			167.780,00	171.135,60	174.558,30
1.1.2.8.01.1.0.00.00.00	1	TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - PRINCIPAL	A	1	0	10.300,00	10.508,00	10.716,12
1.1.2.8.01.1.4.00.00.00	1	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Multas e Juros da Dívida Ativa	A	1	0	149.280,00	152.265,60	155.310,90
1.1.2.8.01.9.0.00.00.00	1	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - OUTRAS	S			126.000,00	128.520,00	131.090,40
1.1.2.8.01.9.1.00.00.00	1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Outras - Principal	S			21.000,00	21.420,00	21.848,40
1.1.2.8.01.9.1.01.00.00	1	Taxa de Licença Para Funcionamento de Estabelecimento Comercial - Principal	A	1	0	8.200,00	8.364,00	8.531,28
1.1.2.8.01.9.1.02.00.00	1	Taxa de Licença Para Execução de Obras - Principal	A	1	0	72.000,00	73.440,00	74.908,80
1.1.2.8.01.9.1.04.00.00	1	Taxa de Vistoria e Fiscalização de Estabelecimentos - Principal	A	1	0	1.100,00	1.122,00	1.144,44
1.1.2.8.01.9.1.07.00.00	1	Taxas de Serviços Cadastrais - Principal	A	1	0	21.000,00	21.420,00	21.848,40
1.1.2.8.01.9.1.08.00.00	1	Taxa de Fiscalização Ambiental - Princiapl	A	1	0	2.100,00	2.142,00	2.184,84
1.1.2.8.01.9.1.09.00.00	1	Taxa Emissão de Certidões - Principal	A	1	0	600,00	612,00	624,24
1.1.2.8.01.9.1.10.00.00	1	Taxa Expedicao de Habite-se - Principal	S			3.930,00	4.008,60	4.088,76
1.1.2.8.01.9.2.00.00.00	1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Outras - Multas e Juros de Mora	A	1	0	210,00	214,20	218,48
1.1.2.8.01.9.2.01.00.00	1	Taxa de Licença Para Funcionamento de Estabelecimento Comercial - Multas e Juros de Mora	A	1	0	210,00	214,20	218,48
1.1.2.8.01.9.2.02.00.00	1	Taxa de Licença Para Execução de Obras - Multas e Juros de Mora	A	1	0	210,00	214,20	218,48
1.1.2.8.01.9.2.04.00.00	1	Taxa de Vistoria e Fiscalização de Estabelecimentos - Multas e Juros de Mora	A	1	0	3.100,00	3.162,00	3.225,24
1.1.2.8.01.9.2.07.00.00	1	Taxas de Serviços Cadastrais - Multas e Juros de Mora	A	1	0	200,00	204,00	208,08
1.1.2.8.01.9.2.10.00.00	1	Taxa Expedicao de Habite-se - Multas e Juros de Mora	A	1	0			

Prefeitura Municipal de Nova Araçá
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias - 2022
Anexo IV - Meta Fiscal da Receita

Código	UG	Especificação da Receita	Tipo	Fonte	C. Pec	2022	2023	2024
1.1.2.8.01.9.3.00.00.00	1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Outras - Dívida Ativa	S	1	0	14.150,00	14.433,00	14.721,66
1.1.2.8.01.9.3.02.00.00	1	Taxa de Licença Para Execução de Obras - Dívida Ativa	A	1	0	2.050,00	2.091,00	2.132,82
1.1.2.8.01.9.3.04.00.00	1	Taxa de Vistoria e Fiscalização de Estabelecimentos - Dívida Ativa	A	1	0	10.000,00	10.200,00	10.404,00
1.1.2.8.01.9.3.10.00.00	1	Taxa Expedicao de Habite-se - Dívida Ativa	A	1	0	2.100,00	2.142,00	2.184,84
1.1.2.8.01.9.4.00.00.00	1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Outras - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	S	1	0	5.200,00	5.304,00	5.410,08
1.1.2.8.01.9.4.02.00.00	1	Taxa de Licença Para Execução de Obras - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	A	1	0	2.100,00	2.142,00	2.184,84
1.1.2.8.01.9.4.04.00.00	1	Taxa de Vistoria e Fiscalização de Estabelecimentos - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	A	1	0	2.000,00	2.040,00	2.080,80
1.1.2.8.01.9.4.10.00.00	1	Taxa Expedicao de Habite-se - Multas e Juros de Mora Dívida Ativa	A	1	0	1.100,00	1.122,00	1.144,44
1.1.2.8.02.0.0.00.00.00	1	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - OUTROS	S	1	0	36.250,00	36.975,00	37.714,50
1.1.2.8.02.9.1.00.00.00	1	Taxas Pela Prestação de Serviços - Principal	S	1	0	20.100,00	20.502,00	20.912,04
1.1.2.8.02.9.1.01.00.00	1	Emolumentos e Custas Processuais Administrativas - Principal	A	1	0	600,00	612,00	624,24
1.1.2.8.02.9.1.04.00.00	1	Taxa de Expediente - Principal	A	1	0	500,00	510,00	520,20
1.1.2.8.02.9.1.06.00.00	1	Taxa Serviço Coleta de Lixo - Principal	A	1	0	16.000,00	16.320,00	16.646,40
1.1.2.8.02.9.1.99.00.00	1	Outras Taxas Pela Prestação de Serviços - Principal	A	1	0	3.000,00	3.060,00	3.121,20
1.1.2.8.02.9.2.00.00.00	1	Taxa Pela Prestação de Serviços - Outros - Multas e Juros de Mora	S	1	0	500,00	510,00	520,20
1.1.2.8.02.9.2.01.00.00	1	Emolumentos e Custas Processuais Administrativas - Multas e Juros de Mora	A	1	0	13.050,00	13.311,00	13.577,22
1.1.2.8.02.9.3.00.00.00	1	Taxa Pela Prestação de Serviços - Outros - Dívida Ativa	A	1	0	1.050,00	1.071,00	1.092,42
1.1.2.8.02.9.3.01.00.00	1	Emolumentos e Custas Processuais Administrativas - Dívida Ativa	A	1	0	12.000,00	12.240,00	12.484,80
1.1.2.8.02.9.3.06.00.00	1	Taxa Serviço Coleta de Lixo - Dívida Ativa	S	1	0	2.600,00	2.652,00	2.705,04
1.1.2.8.02.9.4.00.00.00	1	Taxa Pela Prestação de Serviços - Outros - Multas e Juros de Mora Dívida Ativa	A	1	0	600,00	612,00	624,24
1.1.2.8.02.9.4.01.00.00	1	Emolumentos e Custas Processuais Administrativas - Multas e Juros de Mora Dívida Ativa	A	1	0	2.000,00	2.040,00	2.080,80
1.2.0.0.00.0.0.00.00.00	1	CONTRIBUIÇÕES	S	1	0	978.000,00	997.560,00	1.017.511,20
1.2.1.0.00.0.0.00.00.00	1	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	S	1	0	618.000,00	630.360,00	642.967,20
1.2.1.8.00.0.0.00.00.00	1	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS ESPECÍFICAS DE ESTADOS, DF, MUNICÍPIOS	S	1	0	618.000,00	630.360,00	642.967,20
1.2.1.8.01.0.0.00.00.00	1	CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR CIVIL PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL-CPSSS ESPECIFICO	S	1	0	600.000,00	612.000,00	624.240,00
1.2.1.8.01.1.0.00.00.00	3	CPSSS DO SERVIDOR CIVIL ATIVO	A	50	0	600.000,00	612.000,00	624.240,00
1.2.1.8.01.1.1.00.00.00	3	CPSSS do Servidor Civil Ativo- Principal	A	50	0	18.000,00	18.360,00	18.727,20
1.2.1.8.01.2.0.00.00.00	3	CPSSS DO SERVIDOR CIVIL INATIVO	A	50	0	18.000,00	18.360,00	18.727,20
1.2.1.8.01.2.1.00.00.00	3	CPSSS do Servidor Civil Inativo - Principal	A	50	0	18.000,00	18.360,00	18.727,20
1.2.4.0.00.0.0.00.00.00	3	CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	S	50	0	360.000,00	367.200,00	374.544,00

Prefeitura Municipal de Nova Araçá
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias - 2022
Anexo IV - Meta Fiscal da Receita

Código	UG	Especificação da Receita	Tipo	Fonte	C.Pec	2022	2023	2024
1.2.4.0.00.1.0.00.00.00		CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	S			360.000,00	367.200,00	374.544,00
1.2.4.0.00.1.1.00.00.00	1	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Principal	A	1	0	360.000,00	367.200,00	374.544,00
1.3.0.0.00.0.0.00.00.00		RECEITA PATRIMONIAL	S			2.036.900,00	2.077.638,00	2.119.190,76
1.3.2.0.00.0.0.00.00.00		VALORES MOBILIÁRIOS	S			2.036.900,00	2.077.638,00	2.119.190,76
1.3.2.1.00.0.0.00.00.00		JUROS E CORREÇÕES MONETÁRIAS	S			2.036.700,00	2.077.434,00	2.118.982,68
1.3.2.1.00.1.0.00.00.00		REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	S			36.700,00	37.434,00	38.182,68
1.3.2.1.00.1.1.00.00.00		REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL	S			36.700,00	37.434,00	38.182,68
1.3.2.1.00.1.1.01.00.00		REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS DE RECURSOS VINCULADOS - PRINCIPAL	S			22.900,00	23.358,00	23.825,16
1.3.2.1.00.1.1.01.02.00	1	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - FUNDEB - Principal	A	31	0	5.000,00	5.100,00	5.202,00
1.3.2.1.00.1.1.01.03.00		Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - Fundo de Saúde - Principal	S			12.600,00	12.852,00	13.109,04
1.3.2.1.00.1.1.01.03.01	1	Rec. Rem. Dep. Banc. PAB FIXO	A	4500	0	1.500,00	1.530,00	1.560,60
1.3.2.1.00.1.1.01.03.02	1	Rec. Rem. Dep. Banc FARMACIA BASICA	A	4503	0	500,00	510,00	520,20
1.3.2.1.00.1.1.01.03.03	1	Rec. Rem. Dep. Banc PSF	A	4500	0	500,00	510,00	520,20
1.3.2.1.00.1.1.01.03.04	1	Rec. Rem. Dep. Banc PACS	A	4500	0	500,00	510,00	520,20
1.3.2.1.00.1.1.01.03.05	1	Rec. Rem. Dep. Banc TETO VIGIL EM SAÚDE - EPIDEMIOLOGIA	A	4502	0	2.000,00	2.040,00	2.080,80
1.3.2.1.00.1.1.01.03.06	1	Rec. Rem. Dep. Banc PSF - ESTADUAL	A	4090	0	700,00	714,00	728,28
1.3.2.1.00.1.1.01.03.07	1	Rec. Rem. Dep. Banc FARMACIA BASICA-ESTADUAL	A	4050	0	700,00	714,00	728,28
1.3.2.1.00.1.1.01.03.08	1	Rec. Rem. Dep. Banc SAUDE BUCAL-FEDERAL	A	4500	0	200,00	204,00	208,08
1.3.2.1.00.1.1.01.03.09	1	Rec. Rem. Dep. Banc PAB VISA - VIG. SANITARIA	A	4502	0	1.000,00	1.020,00	1.040,40
1.3.2.1.00.1.1.01.03.11	1	Rec. Rem. Dep. Banc TETO FINANCEIRO	A	4501	0	1.000,00	1.020,00	1.040,40
1.3.2.1.00.1.1.01.03.12	1	Rec. Rem. Dep. Banc. PACS/Estadual	A	4090	0	200,00	204,00	208,08
1.3.2.1.00.1.1.01.03.13	1	Rec. Rem. Dep. Banc. PIES IAB	A	4011	0	800,00	816,00	832,32
1.3.2.1.00.1.1.01.03.16	1	Rec. Rem. Dep. Banc. Alienação ASPS	A	4002	0	1.000,00	1.020,00	1.040,40
1.3.2.1.00.1.1.01.03.17	1	Rec. Rem. Dep. Banc. UBS - Reforma	A	4505	0	1.000,00	1.020,00	1.040,40
1.3.2.1.00.1.1.01.03.18	1	Rec. Rem. Dep. Banc. Gestão do SUS	A	4504	0	500,00	510,00	520,20
1.3.2.1.00.1.1.01.03.20	1	Rec. Rem. Dep. Banc. Coronavírus(Covid-19)	A	3002	0	200,00	204,00	208,08
1.3.2.1.00.1.1.01.03.25	1	Rec. Rem. Dep. Banc. Investim Consulta Popular 2018-2019	A	4293	0	300,00	306,00	312,12
1.3.2.1.00.1.1.01.04.00	1	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - Manutencao e Desenvolvimento do Ensino -	A	20	0	500,00	510,00	520,20
1.3.2.1.00.1.1.01.05.00	1	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - Ações e Serviços Públicos de Saúde - ASPS -	A	40	0	500,00	510,00	520,20
1.3.2.1.00.1.1.01.06.00	1	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - Contribuição de Intervenção no Domínio	A	1250	0	200,00	204,00	208,08
1.3.2.1.00.1.1.01.07.00	1	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - Fundo Nacional de Assistência Social -	S			1.100,00	1.122,00	1.144,44
1.3.2.1.00.1.1.01.07.01	1	Eec. Rem. Dep. Banc. FEAS	A	1259	0	200,00	204,00	208,08

Prefeitura Municipal de Nova Araçá
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias - 2022
Anexo IV - Meta Fiscal da Receita

Código	UG	Especificação da Receita	Tipo	Fonte	C.Pec	2022	2023	2024
1.3.2.1.00.1.1.01.07.02	1	Rec. Rem. Dep. Banc. PBF I	A	1254	0	300,00	306,00	312,12
1.3.2.1.00.1.1.01.07.03	1	Rec. Rem. Dep. Banc. IGD Bolsa Família	A	1257	0	300,00	306,00	312,12
1.3.2.1.00.1.1.01.07.04	1	Rec. Rem. Dep. Banc. IGD / SUAS	A	1258	0	200,00	204,00	208,08
1.3.2.1.00.1.1.01.07.05	1	Rec. Rem. Dep. Banc. BPC Escola	A	1253	0	100,00	102,00	104,04
1.3.2.1.00.1.1.01.08.00		Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - Fundo Nacional de Desenvolvimento da	S			1.300,00	1.326,00	1.352,52
1.3.2.1.00.1.1.01.08.02	1	Rec. Rem. Dep. Banc. PNATE	A	1150	0	100,00	102,00	104,04
1.3.2.1.00.1.1.01.08.03	1	Rec. Rem. Dep. Banc. Salário Educação	A	1001	0	500,00	510,00	520,20
1.3.2.1.00.1.1.01.08.04	1	Rec. Rem. Dep. Banc. PNAE	A	1092	0	500,00	510,00	520,20
1.3.2.1.00.1.1.01.08.06	1	Rem. Dep. B.Man. Educ. Infantil	A	1154	0	200,00	204,00	208,08
1.3.2.1.00.1.1.01.11.00		Remun. Depós Banc Recu Vinc -	S			1.700,00	1.734,00	1.768,68
1.3.2.1.00.1.1.01.11.04	1	Remun. Depós Banc - Transp. Escolar	A	1036	0	200,00	204,00	208,08
1.3.2.1.00.1.1.01.11.05	1	Rem. Dep. B. Piso B. PBV	A	1251	0	500,00	510,00	520,20
1.3.2.1.00.1.1.01.11.06	1	Rem. Dep. Banc. CIDE	A	1250	0	200,00	204,00	208,08
1.3.2.1.00.1.1.01.11.07	1	Rem. Dep. Banc. aquis de material esportivo-gov.estadual	A	1299	0	100,00	102,00	104,04
1.3.2.1.00.1.1.01.11.12	1	Rem. Dep. Banc LC 176-2020 art 91 ADCT	A	1	0	500,00	510,00	520,20
1.3.2.1.00.1.1.01.11.13	1	Rem. Dep. Banc Recursos Fundo da Criança-adolescente -FMCA	A	1003	0	200,00	204,00	208,08
1.3.2.1.00.1.1.02.00.00		REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS DE RECURSOS NÃO VINCULADOS - PRINCIPAL	S			13.800,00	14.076,00	14.357,52
1.3.2.1.00.1.1.02.99.00		Remuneração de Outros Depósitos Bancários de Recursos Não Vinculados - Principal	S			13.800,00	14.076,00	14.357,52
1.3.2.1.00.1.1.02.99.01	1	Alienação Bens - Livre	A	2001	0	1.000,00	1.020,00	1.040,40
1.3.2.1.00.1.1.02.99.02	1	DETRAN / Multas	A	1	0	100,00	102,00	104,04
1.3.2.1.00.1.1.02.99.03	1	Rec. Rem. Dep. Banc. Proprios	A	1	0	7.000,00	7.140,00	7.282,80
1.3.2.1.00.1.1.02.99.04	1	Rec. Rem. Dep. Banc. FDI	A	1	0	2.000,00	2.040,00	2.080,80
1.3.2.1.00.1.1.02.99.05	1	Rec. Rem. Dep. Banc. Legislativo	A	1	0	700,00	714,00	728,28
1.3.2.1.00.1.1.02.99.06	1	Rec. Rem. Dep. Banc. FUNDEMA	A	1	0	2.000,00	2.040,00	2.080,80
1.3.2.1.00.1.1.02.99.07	1	Rec. Rem. Dep. Banc. FUNDEA	A	1	0	1.000,00	1.020,00	1.040,40
1.3.2.1.00.4.0.00.00.00		REMUNERAÇÃO DOS RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS	S			2.000.000,00	2.040.000,00	2.080.800,00
1.3.2.1.00.4.1.00.00.00	3	Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Principal	A	50	0	2.000.000,00	2.040.000,00	2.080.800,00
1.3.2.9.00.0.0.00.00.00		OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS	S			200,00	204,00	208,08
1.3.2.9.00.1.0.00.00.00		OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS	S			200,00	204,00	208,08
1.3.2.9.00.1.1.00.00.00		Outros Valores Mobiliários - Principal	S			200,00	204,00	208,08
1.3.2.9.00.1.1.01.00.00		Remuneração Outros Vinculos	S			200,00	204,00	208,08
1.3.2.9.00.1.1.01.00.04	1	Rec. Rem. Dep. Banc. Aposice Seguro	A	1268	0	200,00	204,00	208,08

Prefeitura Municipal de Nova Aracá
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias - 2022
Anexo IV - Meta Fiscal da Receita

Código	UG	Especificação da Receita	Tipo	Fonte	C. Pec	2022	2023	2024
1.6.0.0.0.0.0.00.00.00		RECEITA DE SERVIÇOS	S			689.101,33	722.772,00	737.227,44
1.6.1.0.0.0.0.0.00.00.00		SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	S			688.301,33	721.956,00	736.395,12
1.6.1.0.0.1.0.0.00.00.00		SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	S			688.301,33	721.956,00	736.395,12
1.6.1.0.0.1.1.0.00.00.00		SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	S			688.301,33	721.956,00	736.395,12
1.6.1.0.0.1.1.1.00.00.01	1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	S			532.001,33	562.530,00	573.780,60
1.6.1.0.0.1.1.1.00.00.01	1	Serviços de Máquinas	A		0	300.000,00	357.000,00	364.140,00
1.6.1.0.0.1.1.1.00.00.02	1	Serviço Prepar. de Terras em Propr. Rurais	A		0	230.501,33	204.000,00	208.080,00
1.6.1.0.0.1.1.1.00.00.03	1	Emolumentos e Custas Processuais Administrativo - Principal	A		0	1.500,00	1.530,00	1.560,60
1.6.1.0.0.1.1.2.00.00.01	1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Multas e Juros	S			1.800,00	1.836,00	1.872,72
1.6.1.0.0.1.1.2.00.00.01	1	Serviços de Máquinas - Multas e Juros	A		0	1.500,00	1.530,00	1.560,60
1.6.1.0.0.1.1.2.00.00.03	1	Emolumentos e Custas Processuais Administrativo - Multas e Juros	S			300,00	306,00	312,12
1.6.1.0.0.1.1.3.00.00.00	1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Dívida Ativa	A		0	151.000,00	154.020,00	157.100,40
1.6.1.0.0.1.1.3.00.00.01	1	Serviço de Máquinas - Dívida Ativa	A		0	150.000,00	153.000,00	156.060,00
1.6.1.0.0.1.1.3.00.00.03	1	Emolumentos e Custas Processuais Administrativo - Dívida Ativa	A		0	1.000,00	1.020,00	1.040,40
1.6.1.0.0.1.1.4.00.00.00	1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Dívida Ativa - Multas e Juros	S			3.500,00	3.570,00	3.641,40
1.6.1.0.0.1.1.4.00.00.01	1	Serviços de Máquinas - Dívida Ativa - Multas e Juros	A		0	3.000,00	3.060,00	3.121,20
1.6.1.0.0.1.1.4.00.00.03	1	Emolumentos e Custas Processuais Administrativo - Dívida Ativa - Multa e Juros	A		0	500,00	510,00	520,20
1.6.9.0.0.0.0.00.00.00		OUTROS SERVIÇOS	S			800,00	816,00	832,32
1.6.9.0.0.0.0.00.00.00		OUTROS SERVIÇOS	S			800,00	816,00	832,32
1.6.9.0.0.0.0.00.00.00		OUTROS SERVIÇOS	S			800,00	816,00	832,32
1.6.9.0.99.1.0.00.00.00		Outros Serviços - Principal	S			500,00	510,00	520,20
1.6.9.0.99.1.1.01.00.00		Serviços Hidráulicos	S			500,00	510,00	520,20
1.6.9.0.99.1.1.01.00.01	1	Autoriz. P/Ligação de Água	A		0	500,00	510,00	520,20
1.6.9.0.99.1.2.00.00.00	1	Outros Serviços - Multas e Juros	A		0	100,00	102,00	104,04
1.6.9.0.99.1.3.00.00.00	1	Outros Serviços - Dívida Ativa	A		0	100,00	102,00	104,04
1.6.9.0.99.1.4.00.00.00	1	Outros Serviços - Dívida Ativa - Multas e Juros	A		0	100,00	102,00	104,04
1.7.0.0.0.0.0.00.00.00		TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	S			27.315.451,46	27.816.100,50	28.366.264,68
1.7.1.0.0.0.0.00.00.00		TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	S			12.486.531,46	12.691.502,10	12.940.074,32
1.7.1.8.0.0.0.00.00.00		TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO - ESPECÍFICA EM	S			12.486.531,46	12.691.502,10	12.940.074,32
1.7.1.8.0.1.0.0.00.00.00		PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO	S			10.923.672,46	11.142.145,91	11.364.988,81
1.7.1.8.0.1.2.0.00.00.00		COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSAL	S			10.221.200,00	10.425.624,00	10.634.136,46
1.7.1.8.0.1.2.1.00.00.00		COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSAL - PRINCIPAL	S			10.221.200,00	10.425.624,00	10.634.136,46

Prefeitura Municipal de Nova Araçá
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias - 2022
Anexo IV - Meta Fiscal da Receita

Código	UG	Especificação da Receita	Tipo	Fonte	C. Pec	2022	2023	2024
1.7.1.8.01.2.1.01.00.00	1	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	A	1	0	6.132.720,00	6.255.374,40	6.380.481,98
1.7.1.8.01.2.1.02.00.00	1	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - MDE	A	20	0	511.060,00	521.281,20	531.706,82
1.7.1.8.01.2.1.03.00.00	1	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	A	40	0	1.533.180,00	1.563.843,60	1.595.120,47
1.7.1.8.01.2.1.04.00.00	1	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	A	31	0	2.044.240,00	2.085.124,80	2.126.827,29
1.7.1.8.01.3.0.00.00.00		COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIOS 1% COTA ENTREGUE NO MÊS DE	S			350.000,00	357.000,00	364.140,00
1.7.1.8.01.3.1.00.00.00	1	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIOS 1% COTA ENTREGUE NO MÊS DE	S			350.000,00	357.000,00	364.140,00
1.7.1.8.01.3.1.01.00.00	1	Cota-Parte do FPM 1% Cota entregue no mês de dezembro - Principal - PRÓPRIO	A	1	0	210.000,00	214.200,00	218.484,00
1.7.1.8.01.3.1.02.00.00	1	Cota-Parte do FPM 1% Cota entregue no mês de dezembro - Principal - MDE	A	20	0	87.500,00	89.250,00	91.035,00
1.7.1.8.01.3.1.03.00.00	1	Cota-Parte do FPM 1% Cota entregue no mês de dezembro - Principal - ASPS	A	40	0	52.500,00	53.550,00	54.621,00
1.7.1.8.01.4.0.00.00.00		COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MÊS DE	S			350.000,00	357.000,00	364.140,00
1.7.1.8.01.4.1.00.00.00	1	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MÊS DE	S			350.000,00	357.000,00	364.140,00
1.7.1.8.01.4.1.01.00.00	1	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - PRÓPRIO	A	1	0	210.000,00	214.200,00	218.484,00
1.7.1.8.01.4.1.02.00.00	1	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - MDE	A	20	0	87.500,00	89.250,00	91.035,00
1.7.1.8.01.4.1.03.00.00	1	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - ASPS	A	40	0	52.500,00	53.550,00	54.621,00
1.7.1.8.01.5.0.00.00.00		COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL	S			2.472,46	2.521,91	2.572,35
1.7.1.8.01.5.1.00.00.00	1	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL	S			2.472,46	2.521,91	2.572,35
1.7.1.8.01.5.1.01.00.00	1	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	A	1	0	1.483,48	1.513,15	1.543,41
1.7.1.8.01.5.1.02.00.00	1	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	A	20	0	123,62	128,09	128,61
1.7.1.8.01.5.1.03.00.00	1	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	A	40	0	370,87	378,29	385,86
1.7.1.8.01.5.1.04.00.00	1	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	A	31	0	494,49	504,38	514,47
1.7.1.8.02.0.0.00.00.00		TRANSFERÊNCIA DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	S			160.000,00	147.900,00	150.858,00
1.7.1.8.02.0.0.00.00.00	1	TRANSFERÊNCIA DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	S			160.000,00	147.900,00	150.858,00
1.7.1.8.02.6.0.00.00.00		COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO FEP	S			160.000,00	147.900,00	150.858,00
1.7.1.8.02.6.1.00.00.00	1	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo FEP - Principal	A	1	0	160.000,00	147.900,00	150.858,00
1.7.1.8.03.0.0.00.00.00		TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE SUS REPASSES FUNDO A FUNDO	S			928.000,00	941.700,00	955.674,00
1.7.1.8.03.1.0.00.00.00	1	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE SUS REPASSES FUNDO A FUNDO	S			928.000,00	941.700,00	955.674,00
1.7.1.8.03.1.1.00.00.00		Transferência de Recursos do SUS - Atenção Primária - Principal	S			690.000,00	703.800,00	717.876,00
1.7.1.8.03.1.1.01.00.00	1	Piso de Atenção Básica Fixo - (PAB Fixo)	A	4500	0	430.000,00	438.600,00	447.372,00
1.7.1.8.03.1.1.03.00.00	1	Estratégia Saúde da Família - ESF	A	4500	0	130.000,00	132.600,00	135.252,00
1.7.1.8.03.1.1.04.00.00	1	Agentes Comunitários de Saúde - ACS	A	4500	0	125.000,00	127.500,00	130.050,00
1.7.1.8.03.1.1.05.00.00	1	Programa Saúde Bucal	A	4500	0	5.000,00	5.100,00	5.202,00
1.7.1.8.03.2.0.00.00.00		TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS - ATENÇÃO ESPECIALIZADA	S			71.000,00	70.980,00	70.959,60
1.7.1.8.03.2.1.00.00.00	1	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS - ATENÇÃO ESPECIALIZADA - PRINCIPAL	S			71.000,00	70.980,00	70.959,60

Prefeitura Municipal de Nova Aracá
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias - 2022
Anexo IV - Meta Fiscal da Receita

Código	UG	Especificação da Receita	Tipo	Fonte	C. Pac	2022	2023	2024
1.7.1.8.03.2.1.02.00.00	1	Teto Municipal de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	A	4501	0	71.000,00	70.980,00	70.959,60
1.7.1.8.03.3.0.00.00.00		TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS - VIGILÂNCIA EM SAÚDE	S			107.000,00	106.940,00	106.878,80
1.7.1.8.03.3.1.00.00.00		TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS - VIGILÂNCIA EM SAÚDE - PRINCIPAL	S			107.000,00	106.940,00	106.878,80
1.7.1.8.03.3.1.01.00.00	1	Piso Básico Fixo Vigilância em Saúde - Epidemiologia	A	4502	0	86.000,00	85.520,00	85.030,40
1.7.1.8.03.3.1.07.00.00	1	Piso Fixo Vigilância Sanitária	A	4502	0	21.000,00	21.420,00	21.848,40
1.7.1.8.03.4.0.00.00.00		TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS - ASSISTÊNCIA FARMACEUTICA	S			49.500,00	49.490,00	49.479,80
1.7.1.8.03.4.1.00.00.00		TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS - ASSISTÊNCIA FARMACEUTICA- PRINCIPAL	S			49.500,00	49.490,00	49.479,80
1.7.1.8.03.4.1.01.00.00	1	Programa de Assistência Farmaceutica Básica	A	4503	0	49.500,00	49.490,00	49.479,80
1.7.1.8.03.5.0.00.00.00		TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS - GESTÃO DO SUS	S			10.500,00	10.490,00	10.479,80
1.7.1.8.03.5.1.00.00.00		TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS - GESTÃO DO SUS - PRINCIPAL	S			10.500,00	10.490,00	10.479,80
1.7.1.8.03.5.1.01.00.00	1	Gestão SUS - Educação e Formação em Saúde	A	4504	0	10.500,00	10.490,00	10.479,80
1.7.1.8.05.0.0.00.00.00		TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO	S			224.500,00	224.790,00	228.888,00
1.7.1.8.05.1.0.00.00.00	1	TRANSFERÊNCIAS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	S			209.500,00	209.490,00	213.282,00
1.7.1.8.05.1.1.00.00.00	1	Transferências do Salário-Educação - Principal	A	1001	0	209.500,00	209.490,00	213.282,00
1.7.1.8.05.3.1.00.00.00	1	TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO	S			0,00	0,00	0,00
1.7.1.8.05.3.1.00.00.00	1	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE - Principal	A		0	0,00	0,00	0,00
1.7.1.8.05.4.0.00.00.00		TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO	S			15.000,00	15.300,00	15.606,00
1.7.1.8.05.4.0.00.00.00	1	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar PNATE -	A	1150	0	15.000,00	15.300,00	15.606,00
1.7.1.8.06.0.0.00.00.00		TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA DO ICMS DESONERAÇÃO L.C. Nº 87/96	S			46.359,00	47.286,19	48.231,91
1.7.1.8.06.0.0.00.00.00		TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA DO ICMS DESONERAÇÃO L.C. Nº 87/96	S			46.359,00	47.286,19	48.231,91
1.7.1.8.06.1.0.00.00.00		TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA DO ICMS DESONERAÇÃO L.C. Nº 87/96 - PRINCIPAL	S			46.359,00	47.286,19	48.231,91
1.7.1.8.06.1.0.00.00.00	1	Transferência Financeira do ICMS Desoneração L.C. Nº 87/96 - Principal - PRÓPRIO	A	1	0	27.815,40	28.371,71	28.939,14
1.7.1.8.06.1.01.00.00	1	Transferência Financeira do ICMS Desoneração L.C. Nº 87/96 - Principal - MDE	A	20	0	2.317,95	2.364,31	2.411,60
1.7.1.8.06.1.02.00.00	1	Transferência Financeira do ICMS Desoneração L.C. Nº 87/96 - Principal - ASPS	A	40	0	6.953,85	7.092,93	7.234,79
1.7.1.8.06.1.1.03.00.00	1	Transferência Financeira do ICMS Desoneração L.C. Nº 87/96 - Principal - FUNDEB	A	31	0	9.271,80	9.457,24	9.646,38
1.7.1.8.06.1.1.04.00.00		TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - FNAS	S			154.000,00	157.080,00	160.221,60
1.7.1.8.12.0.0.00.00.00		TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - FNAS	S			154.000,00	157.080,00	160.221,60
1.7.1.8.12.1.0.00.00.00		Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS - Principal	S			154.000,00	157.080,00	160.221,60
1.7.1.8.12.1.1.01.00.00		PROTEÇÃO SOCIAL	S			154.000,00	157.080,00	160.221,60
1.7.1.8.12.1.1.01.00.00		BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL	S			130.000,00	132.600,00	135.252,00
1.7.1.8.12.1.1.01.01.00	1	Piso Básico Fixo - PBFI	A	1254	0	60.000,00	61.200,00	62.424,00
1.7.1.8.12.1.1.01.01.01	1	Piso Básico Variável - SCFV	A	1251	0	70.000,00	71.400,00	72.828,00

Prefeitura Municipal de Nova Araçá
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias - 2022
Anexo IV - Meta Fiscal da Receita

Código	UG	Especificação da Receita	Tipo	Fonte	C.Pec	2022	2023	2024
1.7.1.8.12.1.1.01.02.00		BLOCO DA GESTÃO DO SUAS	S			5.000,00	5.100,00	5.202,00
1.7.1.8.12.1.1.01.02.01	1	Componente IGD - SUAS	A	1258	0	5.000,00	5.100,00	5.202,00
1.7.1.8.12.1.1.01.03.00		BLOCO DA GESTÃO DO PROG. BOLSA FAMÍLIA E CAD. ÚNICO	S			19.000,00	19.380,00	19.767,60
1.7.1.8.12.1.1.01.03.01	1	Componente IGD - BF	A	1257	0	19.000,00	19.380,00	19.767,60
1.7.1.8.99.0.0.00.00.00		OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	S			50.000,00	30.600,00	31.212,00
1.7.1.8.99.1.0.00.00.00		OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	S			50.000,00	30.600,00	31.212,00
1.7.1.8.99.1.1.00.00.00		Outras Transferências da União - Principal	S			50.000,00	30.600,00	31.212,00
1.7.1.8.99.1.1.07.00.00	1	Transferência LC 176-2020 art.91 ADCT	A	1	0	50.000,00	30.600,00	31.212,00
1.7.2.0.00.0.0.00.00.00		TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	S			11.328.920,00	11.554.598,40	11.784.790,36
1.7.2.8.00.0.0.00.00.00		TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS - ESPECÍFICA EM	S			11.328.920,00	11.554.598,40	11.784.790,36
1.7.2.8.01.0.0.00.00.00		PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DOS ESTADOS	S			10.979.620,00	11.199.212,40	11.423.196,64
1.7.2.8.01.1.0.00.00.00		COTA-PARTE DO ICMS	S			9.999.000,00	10.198.980,00	10.402.959,60
1.7.2.8.01.1.1.00.00.00		COTA-PARTE DO ICMS - PRINCIPAL	S			9.999.000,00	10.198.980,00	10.402.959,60
1.7.2.8.01.1.1.01.00.00	1	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	A	1	0	5.999.400,00	6.119.388,00	6.241.775,76
1.7.2.8.01.1.1.02.00.00	1	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	A	20	0	499.950,00	509.949,00	520.147,98
1.7.2.8.01.1.1.03.00.00	1	Cota-Parte do ICMS - Principal - ASPS	A	40	0	1.499.650,00	1.529.847,00	1.560.443,94
1.7.2.8.01.1.1.04.00.00	1	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	A	31	0	1.999.800,00	2.039.796,00	2.080.591,92
1.7.2.8.01.2.1.00.00.00		COTA-PARTE DO IPVA	S			858.500,00	875.670,00	893.183,40
1.7.2.8.01.2.1.00.00.00		COTA-PARTE DO IPVA - PRINCIPAL	S			858.500,00	875.670,00	893.183,40
1.7.2.8.01.2.1.01.00.00	1	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	A	1	0	515.100,00	525.402,00	535.910,04
1.7.2.8.01.2.1.02.00.00	1	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	A	20	0	42.925,00	43.783,50	44.659,17
1.7.2.8.01.2.1.03.00.00	1	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	A	40	0	128.775,00	131.350,50	133.977,51
1.7.2.8.01.2.1.04.00.00	1	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	A	31	0	171.700,00	175.134,00	178.636,68
1.7.2.8.01.3.1.00.00.00		COTA-PARTE DO IPI - MUNICÍPIOS	S			103.020,00	105.080,40	107.182,00
1.7.2.8.01.3.1.00.00.00		COTA-PARTE DO IPI - MUNICÍPIOS - PRINCIPAL	S			103.020,00	105.080,40	107.182,00
1.7.2.8.01.3.1.01.00.00	1	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	A	1	0	61.812,00	63.048,24	64.309,20
1.7.2.8.01.3.1.02.00.00	1	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	A	20	0	5.151,00	5.254,02	5.359,10
1.7.2.8.01.3.1.03.00.00	1	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	A	40	0	15.453,00	15.762,06	16.077,30
1.7.2.8.01.3.1.04.00.00	1	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	A	31	0	20.604,00	21.016,08	21.436,40
1.7.2.8.01.4.1.00.00.00		COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	S			16.000,00	16.320,00	16.646,40
1.7.2.8.01.4.1.00.00.00	1	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Principal	A	1250	0	16.000,00	16.320,00	16.646,40
1.7.2.8.01.9.0.00.00.00		OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS	S			3.100,00	3.162,00	3.225,24

Prefeitura Municipal de Nova Aracá
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias - 2022
Anexo IV - Meta Fiscal da Receita

Código	UG	Especificação da Receita	Tipo	Fonte	C. Pac	2022	2023	2024
1.7.2.8.01.9.1.00.00.00	1	Outras Transferências dos Estados - Principal	S			3.100,00	3.162,00	3.225,24
1.7.2.8.01.9.1.01.00.00	1	Cota - Parte das Multas de Trânsito	A	1	0	3.100,00	3.162,00	3.225,24
1.7.2.8.03.0.0.00.00.00	1	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO ESTADO PARA PROGRAMAS DE SAÚDE REPASSE FUNDO A	S			257.300,00	261.546,00	265.876,92
1.7.2.8.03.1.0.00.00.00	1	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO ESTADO PARA PROGRAMAS DE SAÚDE REPASSE FUNDO A	S			257.300,00	261.546,00	265.876,92
1.7.2.8.03.1.1.00.00.00	1	Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde Repasse Fundo a Fundo - Principal	S			257.300,00	261.546,00	265.876,92
1.7.2.8.03.1.1.00.00.01	1	Transf. Farmacia Basica	A	4050	0	44.300,00	44.286,00	44.271,72
1.7.2.8.03.1.1.00.00.02	1	Transf. Saúde Bucal	A	4090	0	8.000,00	8.160,00	8.323,20
1.7.2.8.03.1.1.00.00.03	1	Transf. PACS	A	4090	0	5.000,00	5.100,00	5.202,00
1.7.2.8.03.1.1.00.00.04	1	Transf. PIES/AB	A	4011	0	130.000,00	132.600,00	135.252,00
1.7.2.8.03.1.1.00.00.06	1	Transf. PSF	A	4090	0	70.000,00	71.400,00	72.828,00
1.7.2.8.10.0.0.00.00.00	1	TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	S			92.000,00	93.840,00	95.716,80
1.7.2.8.10.0.0.00.00.00	1	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DOS ESTADOS	S			92.000,00	93.840,00	95.716,80
1.7.2.8.10.9.1.00.00.00	1	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DOS ESTADOS - PRINCIPAL	S			92.000,00	93.840,00	95.716,80
1.7.2.8.10.9.1.10.00.00	1	Transf. Rel. FEAS-Fundo Estad. da As. Social	S			12.000,00	12.240,00	12.484,80
1.7.2.8.10.9.1.10.00.01	1	Transf. Relat. ao FEAS - Fundo E. As. Social	A	1259	0	12.000,00	12.240,00	12.484,80
1.7.2.8.10.9.1.11.00.00	1	Transf. Rel. Transporte Escolar	S			80.000,00	81.600,00	83.232,00
1.7.2.8.10.9.1.11.00.02	1	Transf. Transporte Escolar - Estado	A	1036	0	80.000,00	81.600,00	83.232,00
1.7.5.0.00.0.0.00.00.00	1	TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	S			3.500.000,00	3.570.000,00	3.641.400,00
1.7.5.0.00.0.0.00.00.00	1	TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS - ESPECÍFICA EM	S			3.500.000,00	3.570.000,00	3.641.400,00
1.7.5.8.01.0.0.00.00.00	1	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA	S			3.500.000,00	3.570.000,00	3.641.400,00
1.7.5.8.01.1.0.00.00.00	1	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA	S			3.500.000,00	3.570.000,00	3.641.400,00
1.7.5.8.01.1.0.00.00.00	1	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de	A	31	0	3.500.000,00	3.570.000,00	3.641.400,00
1.9.0.0.00.0.0.00.00.00	1	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	S			106.100,00	107.102,00	87.809,76
1.9.0.0.00.0.0.00.00.00	1	MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E JUDICIAIS	S			9.500,00	9.690,00	9.883,80
1.9.1.0.01.0.0.00.00.00	1	MULTAS PREVISTAS EM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA	S			6.000,00	6.120,00	6.242,40
1.9.1.0.01.0.0.00.00.00	1	MULTAS PREVISTAS EM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA	S			6.000,00	6.120,00	6.242,40
1.9.1.0.01.1.0.00.00.00	1	MULTAS PREVISTAS EM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA - Multas e Juros	S			6.000,00	6.120,00	6.242,40
1.9.1.0.01.1.4.00.00.01	1	Multas e Juros Ocupação de Imóveis	A	1	0	500,00	510,00	520,20
1.9.1.0.01.1.4.00.00.02	1	Mult. Juros de mora s/ serv. Maquinas Agricolas	A	1	0	1.000,00	1.020,00	1.040,40
1.9.1.0.01.1.4.00.00.03	1	Multas e Juros de mora s/ prestação de Serviços	A	1	0	2.000,00	2.040,00	2.080,80
1.9.1.0.01.1.4.00.00.04	1	Mult. Juros de Mora s/ financ. FDI	A	1	0	500,00	510,00	520,20
1.9.1.0.01.1.4.00.00.05	1	Mult. Juros de mora s/ Pro - Moradia	A	1	0	1.000,00	1.020,00	1.040,40

Prefeitura Municipal de Nova Aracá
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias - 2022
Anexo IV - Meta Fiscal da Receita

Código	UG	Especificação da Receita	Tipo	Fonte	C. Pac	2022	2023	2024
1.9.1.0.01.1.4.00.00.06	1	Mult juros de mora s/ prog Troca-troca	A	1	0	500,00	510,00	520,20
1.9.1.0.01.1.4.00.00.07	1	Mult juros de mora s/ serv maquinas	A	1	0	500,00	510,00	520,20
1.9.1.0.06.0.00.00.00		MULTAS POR DANOS AMBIENTAIS	S			3.000,00	3.060,00	3.121,20
1.9.1.0.06.1.0.00.00.00		MULTAS ADMINISTRATIVAS POR DANOS AMBIENTAIS	S			3.000,00	3.060,00	3.121,20
1.9.1.0.06.1.1.00.00.00	1	Multas Administrativas por Danos Ambientais - Principal	A	1	0	3.000,00	3.060,00	3.121,20
1.9.1.0.09.0.00.00.00		MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	S			500,00	510,00	520,20
1.9.1.0.09.1.0.00.00.00		MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	S			500,00	510,00	520,20
1.9.1.0.09.1.1.00.00.00	1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	A	1	0	500,00	510,00	520,20
1.9.2.0.00.0.00.00.00		INDENIZACÕES, RESTITUÇÕES E RESSARCIMENTOS	S			69.900,00	71.298,00	72.723,96
1.9.2.0.00.0.00.00.00		Indenizações, Restituições e Ressarcimentos - Especificas para Estados/DF/Municipios	S			69.900,00	71.298,00	72.723,96
1.9.2.0.01.0.00.00.00		Indenizações- Especificas para Estados/DF/Municipios	S			1.000,00	1.020,00	1.040,40
1.9.2.0.01.1.0.00.00.00		Indenizações- Especificas para Estados/DF/Municipios	S			1.000,00	1.020,00	1.040,40
1.9.2.0.01.1.1.00.00.00	1	Indenizações- Especificas para Estados/DF/Municipios	A	1268	0	1.000,00	1.020,00	1.040,40
1.9.2.0.01.1.1.02.00.00	1	Indenizações de Seguros - Principal	A	1268	0	1.000,00	1.020,00	1.040,40
1.9.2.0.02.0.00.00.00		Restituições - Especificas para Estados/DF/Municipios	S			68.900,00	70.278,00	71.683,56
1.9.2.0.02.0.00.00.00		Outras Restituições - Especificas para Estados/DF/Municipios - Não Especificadas Anteriormente	S			68.900,00	70.278,00	71.683,56
1.9.2.0.02.9.1.00.00.00		Outras Restituições - Especificas para Estados/DF/Municipios - Não Especificadas Anteriormente- Principal	S			67.000,00	68.340,00	69.706,80
1.9.2.0.02.9.1.03.00.00	1	Restituição Pelo Uso de Bens do Municipio - Principal	A	1	0	8.000,00	8.160,00	8.323,20
1.9.2.0.02.9.1.04.00.00	1	Restituição Pelo Pagamento Indevido - Principal	A	1	0	5.000,00	5.100,00	5.202,00
1.9.2.0.02.9.1.10.00.00	1	Restituições Determinandas Pelo Ministerio Público - Principal	A	1	0	2.000,00	2.040,00	2.080,80
1.9.2.0.02.9.1.11.00.00	1	Restituições de Convênios - Principal	A	1	0	2.000,00	2.040,00	2.080,80
1.9.2.0.02.9.1.12.00.00	1	Restituições de Convênios - Serviços Corsan	A	1	0	50.000,00	51.000,00	52.020,00
1.9.2.0.02.9.2.00.00.00		Outras Restituições - Especificas para Estados/DF/Municipios - NEA- Multas e Juros de Mora	S			800,00	816,00	832,32
1.9.2.0.02.9.2.03.00.00	1	Restituição Pelo Uso de Bens do Municipio - Multas e Juros de Mora	A	1	0	500,00	510,00	520,20
1.9.2.0.02.9.2.04.00.00	1	Restituição Pelo Pagamento Indevido - Multas e Juros de Mora	A	1	0	300,00	306,00	312,12
1.9.2.0.02.9.3.00.00.00		Outras Restituições - Especificas para Estados/DF/Municipios - NEA- Divida Ativa	S			600,00	612,00	624,24
1.9.2.0.02.9.3.02.00.00	1	Programa Troca-troca - Divida Ativa	A	1	0	300,00	306,00	312,12
1.9.2.0.02.9.3.03.00.00	1	Restituição Pelo Uso de Bens do Municipio - Divida Ativa	A	1	0	300,00	306,00	312,12
1.9.2.0.02.9.4.00.00.00		Outras Restituições - Especificas para Estados/DF/Municipios - NEA- Multa e Juros de Mora da Divida Ativa	S			500,00	510,00	520,20
1.9.2.0.02.9.4.02.00.00	1	Programa Troca-troca - Multas e Juros da Divida Ativa	A	1	0	300,00	306,00	312,12
1.9.2.0.02.9.4.03.00.00	1	Restituição Pelo Uso de Bens do Municipio - Multas e Juros de Mora da Divida Ativa	A	1	0	200,00	204,00	208,08
1.9.9.0.00.0.00.00.00	1	DEMAIS RECEITAS CORRENTES	S			26.700,00	26.114,00	5.202,00

Prefeitura Municipal de Nova Araçá
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias - 2022
Anexo IV - Meta Fiscal da Receita

Código	UG	Especificação da Receita	Tipo	Fonte	C. Pec	2022	2023	2024
1.9.9.0.03.0.0.00.00.00		COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS ENTRE O REGIME GERAL E OS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA	S			3.000,00	3.060,00	3.121,20
1.9.9.0.03.1.0.00.00.00		COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS ENTRE O REGIME GERAL E OS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA	S			3.000,00	3.060,00	3.121,20
1.9.9.0.03.1.1.00.00.00	3	Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores -	A	50	0	3.000,00	3.060,00	3.121,20
1.9.9.0.12.0.0.00.00.00		ENCARGOS LEGAIS PELA INSCRIÇÃO EM DIVIDA ATIVA E RECEITAS DE ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA	S			1.000,00	1.020,00	1.040,40
1.9.9.0.12.1.0.00.00.00		ENCARGOS LEGAIS PELA INSCRIÇÃO EM DIVIDA ATIVA	S			1.000,00	1.020,00	1.040,40
1.9.9.0.12.1.1.00.00.00	1	Encargos Legais pela Inscrição em Divida Ativa - Principal	A	1	0	1.000,00	1.020,00	1.040,40
1.9.9.0.99.0.0.00.00.00		OUTRAS RECEITAS	S			22.700,00	22.034,00	1.040,40
1.9.9.0.99.2.0.00.00.00		OUTRAS RECEITAS - FINANCEIRAS	S			22.700,00	22.034,00	1.040,40
1.9.9.0.99.2.1.00.00.00	1	Outras Receitas - Financeiras - Principal	A	1	0	22.700,00	22.034,00	1.040,40
2.0.0.0.00.0.0.00.00.00		RECEITAS DE CAPITAL	S			2.891.200,00	2.643.624,00	1.006.296,51
2.1.0.0.00.0.0.00.00.00		OPERAÇÕES DE CRÉDITO	S			1.500.000,00	1.500.000,00	0,00
2.1.1.0.00.0.0.00.00.00		OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO	S			1.500.000,00	1.500.000,00	0,00
2.1.1.9.00.0.0.00.00.00		OUTRAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO	S			1.500.000,00	1.500.000,00	0,00
2.1.1.9.00.1.0.00.00.00		OUTRAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO	S			1.500.000,00	1.500.000,00	0,00
2.1.1.9.00.1.1.00.00.00		Outras Operações de Crédito - Mercado Interno - Principal	S			1.500.000,00	1.500.000,00	0,00
2.1.1.9.00.1.1.02.00.00	1	Operação de Crédito - CEF - Pavimentacao	A	1261	0	1.500.000,00	1.500.000,00	0,00
2.2.0.0.00.0.0.00.00.00		ALIENAÇÃO DE BENS	S			249.980,00	249.980,00	250.979,60
2.2.1.0.00.0.0.00.00.00		ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	S			199.980,00	199.980,00	200.979,60
2.2.1.3.00.0.0.00.00.00		ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E SEMOVENTES	S			199.980,00	199.980,00	200.979,60
2.2.1.3.00.1.0.00.00.00		ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E SEMOVENTES - PRINCIPAL	S			199.980,00	199.980,00	200.979,60
2.2.1.3.00.1.1.02.00.00		Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal - Exceto RPPS	S			199.980,00	199.980,00	200.979,60
2.2.1.3.00.1.1.02.01.00	1	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Recursos Livres	A	2001	0	149.000,00	148.980,00	148.959,60
2.2.1.3.00.1.1.02.02.00	1	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Recursos Saúde	A	4002	0	50.000,00	51.000,00	52.020,00
2.2.2.0.00.0.0.00.00.00		ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	S			50.000,00	50.000,00	50.000,00
2.2.2.0.00.1.0.00.00.00		ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS - PRINCIPAL	S			50.000,00	50.000,00	50.000,00
2.2.2.0.00.1.1.02.00.00	1	Alienação de Bens Imóveis - Principal - Exceto RPPS	A	2001	0	50.000,00	50.000,00	50.000,00
2.3.0.0.04.0.0.00.00.00		AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	S			71.800,00	73.236,00	74.700,72
2.3.0.0.04.1.0.00.00.00		AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS - REFINANCIAMENTO DE DIVIDAS DE MÉDIO E LONGO PRAZO	S			71.800,00	73.236,00	74.700,72
2.3.0.0.04.1.1.00.00.00		Amortização de Empréstimos - Refinanciamento de Dividas de Médio e Longo Prazo - Principal	S			55.000,00	56.100,00	57.222,00

Prefeitura Municipal de Nova Araçá
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias - 2022
Anexo IV - Meta Fiscal da Receita

Código	UG	Especificação da Receita	Tipo	Fonte	C. Pec	2022	2023	2024
2.3.0.0.04.1.1.00.00.01	1	Amort. Devedores Prestamistas/Pro-Moradia	A	1	0	30.000,00	30.600,00	31.212,00
2.3.0.0.04.1.1.00.00.02	1	Amort. Empr. FDI	A	1	0	10.000,00	10.200,00	10.404,00
2.3.0.0.04.1.1.00.00.03	1	Amort. Emprést. FUNDEA	A	1	0	5.000,00	5.100,00	5.202,00
2.3.0.0.04.1.1.00.00.04	1	Amort. Emprést/Incent. Agroindustria	A	1	0	10.000,00	10.200,00	10.404,00
2.3.0.0.04.1.2.00.00.00	1	Amortização de Empréstimos - Refinanciamento de Dividas de Médio e Longo Prazo - Juros e Multas	S			300,00	306,00	312,12
2.3.0.0.04.1.2.00.00.01	1	Amortização de Empréstimos - Refinanciamento de Dividas de Médio e Longo Prazo - Juros e Multas	A	1	0	300,00	306,00	312,12
2.3.0.0.04.1.3.00.00.00	1	Amortização de Empréstimos - Refinanciamento de Dividas de Médio e Longo Prazo - Divida Ativa	S			15.000,00	15.300,00	15.606,00
2.3.0.0.04.1.3.00.00.01	1	Amortização de Empréstimos/ Pro- Moradia - Divida Ativa	A	1	0	10.000,00	10.200,00	10.404,00
2.3.0.0.04.1.3.00.00.04	1	Amortização Emprést/Incent. Agroindustria - Divida Ativa	A	1	0	5.000,00	5.100,00	5.202,00
2.3.0.0.04.1.4.00.00.00	1	Amortização de Empréstimos - Refinanciamento de Dividas de Médio e Longo Prazo - Divida Ativa - Multas e	S			1.500,00	1.530,00	1.560,60
2.3.0.0.04.1.4.00.00.01	1	Amortização de Empréstimos/ Pro- Moradia - Divida Ativa - Multas e Juros	A	1	0	1.000,00	1.020,00	1.040,40
2.3.0.0.04.1.4.00.00.04	1	Amortização Emprést/Incent. Agroindustria - Divida Ativa - Multas e Juros	A	1	0	500,00	510,00	520,20
2.4.0.0.00.0.0.00.00.00		TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	S			1.068.800,00	818.776,00	678.951,55
2.4.0.0.00.0.0.00.00.00		TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	S			1.068.800,00	818.776,00	678.951,55
2.4.1.8.00.0.0.00.00.00		TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	S			1.068.800,00	818.776,00	678.951,55
2.4.1.8.04.0.0.00.00.00		Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Fundo a Fundo - Bloco de Estruturação da	S			98.800,00	98.776,00	98.751,55
2.4.1.8.04.1.0.00.00.00		Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS Destinados à Atenção Primária	S			98.800,00	98.776,00	98.751,55
2.4.1.8.04.1.1.00.00.00	1	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS Destinados à Atenção Primária - Principal	S			98.800,00	98.776,00	98.751,55
2.4.1.8.04.1.1.01.00.00	1	Transferência de Recursos do SUS FMS UBS INVESTIMENTOS	A	4505	0	98.800,00	98.776,00	98.751,55
2.4.1.8.10.0.0.00.00.00		TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	S			520.000,00	520.000,00	530.200,00
2.4.1.8.10.7.0.00.00.00		TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE INFRA-ESTRUTURA EM	S			400.000,00	408.000,00	416.160,00
2.4.1.8.10.7.1.00.00.00		Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Infra-Estrutura em Transporte - Principal	S			400.000,00	408.000,00	416.160,00
2.4.1.8.10.7.1.01.00.00	1	Transferências do Ministério das Cidades - Pavimentação Asfáltica	A	1041	0	200.000,00	204.000,00	208.080,00
2.4.1.8.10.7.1.02.00.00	1	Transferências do Ministério das Cidades - Pavimentação Vias Urbanas	A	1275	0	200.000,00	204.000,00	208.080,00
2.4.1.8.10.9.0.00.00.00		OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO	S			120.000,00	112.000,00	114.040,00
2.4.1.8.10.9.1.00.00.00		Outras Transferências de Convênios da União - Principal	S			120.000,00	112.000,00	114.040,00
2.4.1.8.10.9.1.02.00.00	1	Tranferencia União - Convênio PRODESA Equipamentos	A	1269	0	100.000,00	102.000,00	104.040,00
2.4.1.8.10.9.1.03.00.00	1	Transf. União Aquisição de Equipamentos (Academias ao Ar Livre)	A	1279	0	20.000,00	10.000,00	10.000,00
2.4.1.8.12.0.0.00.00.00		Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	S			400.000,00	150.000,00	0,00
2.4.1.8.12.1.0.00.00.00		Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	S			400.000,00	150.000,00	0,00
2.4.1.8.12.1.1.00.00.00		Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS - Principal	S			400.000,00	150.000,00	0,00
2.4.1.8.12.1.1.01.00.00	1	Transferências Ampliação do CRAS	A	1281	0	250.000,00	0,00	0,00

Prefeitura Municipal de Nova Araçá
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias - 2022
Anexo IV - Meta Fiscal da Receita

Código	UG	Especificação da Receita	Tipo	Fonte	C. Pec	2022	2023	2024
2.4.1.8.12.1.1.02.00.00	1	Transferências Construção da Casa de Acolhimento ao Idoso	A	1248	0	150.000,00	150.000,00	0,00
2.4.1.8.99.0.0.00.00.00		OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	S			50.000,00	50.000,00	50.000,00
2.4.1.8.99.1.0.00.00.00		OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	S			50.000,00	50.000,00	50.000,00
2.4.1.8.99.1.1.01.00.00	1	Outras Transferências da União - Principal	S	1044	0	50.000,00	50.000,00	50.000,00
2.9.0.0.00.0.0.00.00.00		RECURSOS Casa da Cultura União	A			1.600,00	1.632,00	1.664,64
2.9.0.0.00.1.0.00.00.00		OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	S			1.600,00	1.632,00	1.664,64
2.9.0.0.00.1.0.00.00.00		DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL	S			1.600,00	1.632,00	1.664,64
2.9.0.0.00.1.1.00.00.00		DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL	S			1.600,00	1.632,00	1.664,64
2.9.0.0.00.1.1.02.00.00		RECEITAS DE DEPOSITOS BANCARIOS - PRINCIPAL	S			1.600,00	1.632,00	1.664,64
2.9.0.0.00.1.1.02.01.01	1	Remuneracao de Depósitos Bancários - Principal - FNS	S	4505	0	400,00	408,00	416,16
2.9.0.0.00.1.1.02.01.01	1	Remuneracao de Depósitos Bancários - UBS EQUIPAM	A	4293	0	200,00	204,00	208,08
2.9.0.0.00.1.1.02.01.02	1	Remuneracao de Depósitos Bancários - Consulta Popular	A	4293	0	200,00	204,00	208,08
2.9.0.0.00.1.1.02.02.00	1	Remuneracao de Depósitos Bancários - Conventos diversos	S	1269	0	1.200,00	1.224,00	1.248,48
2.9.0.0.00.1.1.02.02.02	1	Remuneracao de Depósitos Bancários - Conv. Minist. Agric./PRODESA/Aquis. Equipamentos	A	1275	0	200,00	204,00	208,08
2.9.0.0.00.1.1.02.02.03	1	Remuneracao De depositos Bancarios - Pavimentação Asfalto União	A	1041	0	500,00	510,00	520,20
2.9.0.0.00.1.1.02.02.04	1	Remuneracao De depositos Bancarios - Pavimentação Asfalto União/interior	S			0,00	0,00	0,00
3.0.0.0.00.0.0.00.00.00		RECEITAS EXTRAORÇAMENTARIAS	S			0,00	0,00	0,00
3.1.0.0.00.0.0.00.00.00		RECEITAS EXTRAORÇAMENTARIAS	S			0,00	0,00	0,00
3.1.2.0.00.0.0.00.00.00		REALIZAVEL/REEMBOLSO	S			0,00	0,00	0,00
3.1.2.1.00.0.0.00.00.00		CREDITOS A RECUPERAR - FOLHA DE PAGAMENTO	S			0,00	0,00	0,00
3.1.2.1.01.0.0.00.00.00	1	Salario Familia	A		0	0,00	0,00	0,00
3.1.2.1.02.0.0.00.00.00	1	Salario Maternidade	A		0	0,00	0,00	0,00
3.1.2.1.03.0.0.00.00.00	1	Restituçãõ Pagamento a Maior Folha Pagamento	A		0	0,00	0,00	0,00
3.1.3.0.00.0.0.00.00.00		RETENÇÕES/VALORES RESTITUIVEIS	S			0,00	0,00	0,00
3.1.3.1.00.0.0.00.00.00		CONSIGNAÇÕES	S			0,00	0,00	0,00
3.1.3.1.01.0.0.00.00.00		INSS	S		0	0,00	0,00	0,00
3.1.3.1.01.1.0.00.00.00	1	INSS - Folha	A		0	0,00	0,00	0,00
3.1.3.1.01.2.0.00.00.00	1	INSS - Terceiros	A		0	0,00	0,00	0,00
3.1.3.1.02.0.0.00.00.00		IRRF A REPASSAR	S			0,00	0,00	0,00
3.1.3.1.02.1.0.00.00.00		IRRF A REPASSAR A PREFEITURA MUNICIPAL	S			0,00	0,00	0,00

Prefeitura Municipal de Nova Araçá
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias - 2022
Anexo IV - Meta Fiscal da Receita

Código	UG	Especificação da Receita	Tipo	Fonte	C. Rec	2022	2023	2024
3.1.3.1.02.1.2.01.00.00	3	Infr a Repassar sobre Folha de Pagamento	A	50	0	0,00	0,00	0,00
3.1.3.1.04.0.0.00.00.00		CONVENIOS	S			0,00	0,00	0,00
3.1.3.1.04.1.0.00.00.00		CONVENIOS BANCOS	S			0,00	0,00	0,00
3.1.3.1.04.1.2.00.00.00	1	Convenio Caixa E. Federal	A		0	0,00	0,00	0,00
3.1.3.1.04.1.3.00.00.00	1	Convenio Banrisul	A		0	0,00	0,00	0,00
3.1.3.1.04.1.3.00.00.00	3	Convenio Banrisul	A	50	0	0,00	0,00	0,00
3.1.3.1.06.0.0.00.00.00		RETECAO SINDICAL	S			0,00	0,00	0,00
3.1.3.1.06.1.0.00.00.00	1	Retencao Sindicato Servidores	A		0	0,00	0,00	0,00
3.1.3.1.06.1.0.00.00.00	3	Retencao Sindicato Servidores	A	50	0	0,00	0,00	0,00
3.1.3.1.07.0.0.00.00.00		IPERGS	S			0,00	0,00	0,00
3.1.3.1.07.1.0.00.00.00	1	Retencao IPERGS	A		0	0,00	0,00	0,00
3.1.3.1.07.1.0.00.00.00	3	Retencao IPERGS	A	50	0	0,00	0,00	0,00
3.1.3.2.00.0.0.00.00.00		GARANTIAS	S			0,00	0,00	0,00
3.1.3.2.01.0.0.00.00.00		CAUCOES	S			0,00	0,00	0,00
3.1.3.2.01.1.0.00.00.00	1	Caucoes de Obras/Contratos	A		0	0,00	0,00	0,00
3.1.3.2.01.2.0.00.00.00	1	Caucoes de Processos Licitatorios	A		0	0,00	0,00	0,00
3.1.3.3.00.0.0.00.00.00		DEPOSITOS JUDICIAIS	S			0,00	0,00	0,00
3.1.3.3.02.0.0.00.00.00	1	Deposito Recebidos Por Determinação Judicial	A		0	0,00	0,00	0,00
7.0.0.0.00.0.0.00.00.00		RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTARIAS	S			1.550.000,00	1.581.000,00	1.612.620,00
7.2.0.0.00.0.0.00.00.00		RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES INTRAORÇAMENTARIAS	S			800.000,00	816.000,00	832.320,00
7.2.1.0.00.0.0.00.00.00		CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS INTRAORÇAMENTARIAS	S			800.000,00	816.000,00	832.320,00
7.2.1.8.00.0.0.00.00.00		CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS ESPECIFICAS DE ESTADOMUNICIPIO	S			800.000,00	816.000,00	832.320,00
7.2.1.8.03.0.0.00.00.00		CPSSS PATRONAL - SERVIDOR CIVIL - ESPECIFICO DE EST/D/F/MUN	S			800.000,00	816.000,00	832.320,00
7.2.1.8.03.1.0.00.00.00		CPSSS PATRONAL - SERVIDOR CIVIL ATIVO	S			800.000,00	816.000,00	832.320,00
7.2.1.8.03.1.1.00.00.00		CPSSS Patronal - Servidor Civil Ativo Para o RPPS - Principal Intra	S			800.000,00	816.000,00	832.320,00
7.2.1.8.03.1.1.01.00.00	3	CPSSS Patronal - Servidor Civil Ativo Para o RPPS - Principal Intra	A	50	0	750.000,00	765.000,00	780.300,00
7.9.0.0.00.0.0.00.00.00		OUTRAS RECEITAS CORRENTES	S			750.000,00	765.000,00	780.300,00
7.9.0.0.01.0.0.00.00.00		DEMAIS RECEITAS CORRENTES	S			750.000,00	765.000,00	780.300,00
7.9.0.0.01.1.0.00.00.00		APORTES PERIÓDICOS PARA AMORTIZAÇÃO DE DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	S			750.000,00	765.000,00	780.300,00
7.9.0.0.01.1.1.00.00.00		APORTES PERIÓDICOS PARA AMORTIZAÇÃO DE DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	S			750.000,00	765.000,00	780.300,00
9.0.0.0.00.0.0.00.00.00	3	Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS - Principal (R) DEDUÇÕES DA RECEITA	A	50	0	-4.279.110,29	-4.364.692,50	-4.451.986,34

Prefeitura Municipal de Nova Araçá
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias - 2022
Anexo IV - Meta Fiscal da Receita

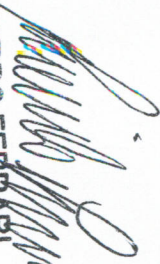
Código	UG	Especificação da Receita	Tipo	Fonte	C. Pac	2022	2023	2024
9.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0		(R) RECEITAS CORRENTES	S			-4.279.110,29	-4.364.692,50	-4.451.986,34
9.1.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0		(R) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	S			-31.500,00	-32.130,00	-32.772,60
9.1.1.1.0.0.0.0.0.0.0.0		(R) IMPOSTOS	S			-31.300,00	-31.926,00	-32.564,52
9.1.1.1.8.0.0.0.0.0.0.0		(R) Impostos Específicos de Estados/DF Municípios	S			-31.300,00	-31.926,00	-32.564,52
9.1.1.1.8.0.1.0.0.0.0.0		(R) Impostos sobre o Patrimônio para Estados/DF/Municípios	S			-31.000,00	-31.620,00	-32.252,40
9.1.1.1.8.0.1.1.0.0.0.0		(R) Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	S			-31.000,00	-31.620,00	-32.252,40
9.1.1.1.8.0.1.1.1.0.0.0		(R) Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal	S			-30.000,00	-30.600,00	-31.212,00
9.1.1.1.8.0.1.1.1.01.00.00	1	(R) IPTU - Principal - PRÓPRIO	A	1	0	-30.000,00	-30.600,00	-31.212,00
9.1.1.1.8.0.1.1.3.00.00.00		(R) Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Divida Ativa	S			-500,00	-510,00	-520,20
9.1.1.1.8.0.1.1.3.01.00.00	1	(R) IPTU - Divida Ativa - PRÓPRIO	A	1	0	-500,00	-510,00	-520,20
9.1.1.1.8.0.1.1.4.00.00.00		(R) Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Divida Ativa - Multas e Juros	S			-500,00	-510,00	-520,20
9.1.1.1.8.0.1.1.4.01.00.00	1	(R) IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros	A	1	0	-500,00	-510,00	-520,20
9.1.1.1.8.0.2.0.0.0.0.0.0		(R) Impostos sobre a Produção, circulação de Mercadorias e Serviços	S			-300,00	-306,00	-312,12
9.1.1.1.8.0.2.3.0.0.00.00		(R) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	S			-300,00	-306,00	-312,12
9.1.1.1.8.0.2.3.1.00.00.00	1	(R) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal	S			-100,00	-102,00	-104,04
9.1.1.1.8.0.2.3.1.01.00.00	1	(R) ISS - Principal - PRÓPRIO	A	1	0	-100,00	-102,00	-104,04
9.1.1.1.8.0.2.3.2.00.00.00		(R) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Multas e Juros	S			-100,00	-102,00	-104,04
9.1.1.1.8.0.2.3.2.01.00.00	1	(R) ISS - Multas e Juros - PRÓPRIO	A	1	0	-100,00	-102,00	-104,04
9.1.1.1.8.0.2.3.3.00.00.00		(R) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Divida Ativa	S			-100,00	-102,00	-104,04
9.1.1.1.8.0.2.3.3.01.00.00	1	(R) ISS - Divida Ativa - PRÓPRIO	A	1	0	-100,00	-102,00	-104,04
9.1.1.2.0.0.0.0.0.0.0.0.0		(R) Taxas	S			-200,00	-204,00	-208,08
9.1.1.2.8.0.0.0.0.0.0.0.0		(R) TAXAS - ESPECIFICAS DE ESTADOS, DE E MUNICIPIOS	S			-200,00	-204,00	-208,08
9.1.1.2.8.0.1.0.0.00.00.00		(R) TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO	S			-100,00	-102,00	-104,04
9.1.1.2.8.0.1.0.0.00.00.00		(R) TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - OUTRAS	S			-100,00	-102,00	-104,04
9.1.1.2.8.0.1.9.3.00.00.00		(R) Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Outras - Divida Ativa	S			-100,00	-102,00	-104,04
9.1.1.2.8.0.1.9.3.00.00.00	1	(R) Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização de Estabelecimentos - Divida Ativa	A	1	0	-100,00	-102,00	-104,04
9.1.1.2.8.0.1.9.3.04.00.00	1	(R) TAXA PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	A	1	0	-100,00	-102,00	-104,04
9.1.1.2.8.02.0.0.00.00.00		(R) TAXA PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - OUTROS	S			-100,00	-102,00	-104,04
9.1.1.2.8.02.9.0.00.00.00		(R) Taxas Pela Prestação de Serviços - Divida Ativa	S			-100,00	-102,00	-104,04
9.1.1.2.8.02.9.3.00.00.00	1	(R) Emolumentos e Custas Processuais Administrativas - Divida Ativa	A	1	0	-100,00	-102,00	-104,04
9.1.1.2.8.02.9.3.01.00.00		(R) Receita de Serviços	A			-500,00	-510,00	-520,20
9.1.6.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0		(R) Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	S			-500,00	-510,00	-520,20

Prefeitura Municipal de Nova Araçá
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias - 2022
Anexo IV - Meta Fiscal da Receita

Código	UG	Especificação da Receita	Tipo	Fonte	C. Pec	2022	2023	2024
9.1.6.1.0.01.0.00.00.00		(R) Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	S			-500,00	-510,00	-520,20
9.1.6.1.0.01.1.0.00.00.00		(R) Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	S			-500,00	-510,00	-520,20
9.1.6.1.0.01.1.1.00.00.00		(R) Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	S			-500,00	-510,00	-520,20
9.1.6.1.0.01.1.1.00.00.01	1	(R) Serviços de Máquinas	A	1	0	-500,00	-510,00	-520,20
9.1.7.0.0.00.0.00.00.00		(R) TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	S			-4.246.110,29	-4.331.032,50	-4.417.653,14
9.1.7.1.0.00.0.00.00.00		(R) TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	S			-2.054.006,29	-2.095.086,42	-2.136.988,14
9.1.7.1.8.00.0.00.00.00		(R) TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO - ESPECÍFICA EM	S			-2.054.006,29	-2.095.086,42	-2.136.988,14
9.1.7.1.8.01.0.00.00.00		(R) PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO	S			-2.044.734,49	-2.085.629,18	-2.127.341,76
9.1.7.1.8.01.2.1.00.00.00		(R) COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSAL	S			-2.044.240,00	-2.085.124,80	-2.126.827,29
9.1.7.1.8.01.2.1.04.00.00	1	(R) Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	A	31	0	-2.044.240,00	-2.085.124,80	-2.126.827,29
9.1.7.1.8.01.5.0.00.00.00		(R) COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL	S			-494,49	-504,38	-514,47
9.1.7.1.8.01.5.1.00.00.00		(R) COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - PRINCIPAL	S			-494,49	-504,38	-514,47
9.1.7.1.8.01.5.1.04.00.00	1	(R) Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	A	31	0	-494,49	-504,38	-514,47
9.1.7.1.8.06.0.00.00.00		(R) TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA DO ICMS DESONERAÇÃO L.C. Nº 87/96	S			-9.271,80	-9.457,24	-9.646,38
9.1.7.1.8.06.1.0.00.00.00		(R) TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA DO ICMS DESONERAÇÃO L.C. Nº 87/96	S			-9.271,80	-9.457,24	-9.646,38
9.1.7.1.8.06.1.1.00.00.00		(R) TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA DO ICMS DESONERAÇÃO L.C. Nº 87/96 - PRINCIPAL	S			-9.271,80	-9.457,24	-9.646,38
9.1.7.1.8.06.1.1.04.00.00	1	(R) Transferência Financeira do ICMS Desoneração L.C. Nº 87/96 - Principal - FUNDEB	A	31	0	-9.271,80	-9.457,24	-9.646,38
9.1.7.2.0.00.0.00.00.00		(R) TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	S			-2.192.104,00	-2.235.946,08	-2.280.665,00
9.1.7.2.8.00.0.00.00.00		(R) TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS - ESPECÍFICA EM	S			-2.192.104,00	-2.235.946,08	-2.280.665,00
9.1.7.2.8.01.0.00.00.00		(R) PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DOS ESTADOS	S			-2.192.104,00	-2.235.946,08	-2.280.665,00
9.1.7.2.8.01.1.0.00.00.00		(R) COTA-PARTE DO ICMS	S			-1.999.800,00	-2.039.796,00	-2.080.591,92
9.1.7.2.8.01.1.1.00.00.00		(R) COTA-PARTE DO ICMS - PRINCIPAL	S			-1.999.800,00	-2.039.796,00	-2.080.591,92
9.1.7.2.8.01.1.1.04.00.00	1	(R) Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	A	31	0	-1.999.800,00	-2.039.796,00	-2.080.591,92
9.1.7.2.8.01.2.0.00.00.00		(R) COTA-PARTE DO IPVA	S			-1.771.700,00	-1.775.134,00	-1.78.636,68
9.1.7.2.8.01.2.1.00.00.00		(R) COTA-PARTE DO IPVA - PRINCIPAL	S			-1.771.700,00	-1.775.134,00	-1.78.636,68
9.1.7.2.8.01.2.1.04.00.00	1	(R) Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	A	31	0	-1.771.700,00	-1.775.134,00	-1.78.636,68
9.1.7.2.8.01.3.0.00.00.00		(R) COTA-PARTE DO IPI - MUNICÍPIOS	S			-20.604,00	-21.016,08	-21.436,40
9.1.7.2.8.01.3.1.00.00.00		(R) COTA-PARTE DO IPI - MUNICÍPIOS - PRINCIPAL	S			-20.604,00	-21.016,08	-21.436,40
9.1.7.2.8.01.3.1.04.00.00	1	(R) Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	A	31	0	-20.604,00	-21.016,08	-21.436,40
9.1.9.0.0.00.0.00.00.00		(R) Outras Receitas Correntes	S			-1.000,00	-1.020,00	-1.040,40
9.1.9.2.0.00.0.00.00.00		(R) Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	S			-1.000,00	-1.020,00	-1.040,40

Prefeitura Municipal de Nova Araçá
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias - 2022
Anexo IV - Meta Fiscal da Receita

Código	UG	Especificação da Receita	Tipo	Fonte	C. Pec	2022	2023	2024
9.1.9.2.8.00.0.00.00.00		(R) Indenizações, Restituições e Ressarcimentos - Especificas para Estados/DF/Municipios	S			-1.000,00	-1.020,00	-1.040,40
9.1.9.2.8.02.0.00.00.00		(R) Restituições - Especificas para Estados/DF/Municipios	S			-1.000,00	-1.020,00	-1.040,40
9.1.9.2.8.02.9.0.00.00.00		(R) Outras Restituições - Especificas para Estados/DF/Municipios - Não Especificadas Anteriormente	S			-1.000,00	-1.020,00	-1.040,40
9.1.9.2.8.02.9.1.00.00.00		(R) Outras Restituições - Especificas para Estados/DF/Municipios - Não Especificadas Anteriormente- Principal	S			-1.000,00	-1.020,00	-1.040,40
9.1.9.2.8.02.9.1.03.00.00	1	(R) Restituição Pelo Uso de Bens do Municipio - Principal	A	1	0	-1.000,00	-1.020,00	-1.040,40
Total						33.718.500,00	34.060.578,64	33.023.998,11


RICARDO FERRARI
 Contador
 CRC-RS Nº 081544

Prefeitura Municipal de Nova Araçá
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias - 2022
Anexo V - Meta Fiscal da Despesa - Rol de Programas

Programa	Inicial	2022	2023	2024
0000 Encargos Especiais	101 Amortização da Dívida Pública Municipal/Sentenças Judiciais	300.000,00	300.000,00	300.000,00
	201 Contribuição ao PASEP	265.000,00	270.000,00	275.000,00
	301 Pagamento de Inativos e Pensionistas	1.816.000,00	1.850.000,00	1.850.000,00
	401 Pagamento de Outros Benefícios	5.000,00	5.000,00	5.000,00
	501 Reserva de Contingência	300.000,00	300.000,00	300.000,00
	701 Pagamento de Outras Despesas do RPPS	50.000,00	50.000,00	50.000,00
0001 Apoio Administrativo	200101 Manutenção das Atividades do Poder Legislativo	650.000,00	650.000,00	650.000,00
	200201 Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito	600.000,00	600.000,00	600.000,00
	200301 Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Administração	2.200.000,00	2.300.000,00	2.400.000,00
	200401 Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal da Fazenda	550.000,00	600.000,00	615.602,51
	200501 Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente	900.000,00	950.000,00	900.000,00
	200601 Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Educação	2.630.000,00	2.680.000,00	2.630.000,00
	200701 Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Obras e Viação	1.300.000,00	1.350.000,00	1.300.000,00
	200801 Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal da Saúde	3.001.000,00	3.051.000,00	3.001.000,00
	200901 Manutenção das Ativ. da Secr. Munic. da Indústria, Comércio, Desporto e Turismo	20.000,00	20.000,00	20.000,00
	204501 Manutenção do Veículo do Gabinete do Prefeito Municipal	30.000,00	30.000,00	30.000,00
	204601 Divulgação Oficial e Institucional	50.000,00	50.000,00	50.000,00
	204701 Manutenção dos Veículos da Secretaria da Administração	30.000,00	30.000,00	30.000,00
	204801 Manutenção do Sistema de Softwares de Informática	180.000,00	180.000,00	185.000,00
	204901 Programa Incentivo e Arrecadação	30.000,00	30.000,00	30.000,00
	205601 Recepção de Autoridades Oficiais	10.000,00	10.000,00	10.000,00
	206101 Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar	120.200,00	120.204,00	120.208,08
	206501 Manutenção das Atividades do Ensino Infantil-Creche	1.600.000,00	1.620.000,00	1.600.000,00
	206601 Contribuição ao CONSEPRO	65.000,00	65.000,00	65.000,00
	207001 Manutenção das Atividades da Sec. Mun. da Assistência Social	510.000,00	540.000,00	510.000,00
	100130 Manutenção das Atividades do Ensino Infantil-Pré-escola	2.250.000,00	2.257.408,64	2.250.000,00
	100140 Manutenção das Atividades da Biblioteca Municipal	15.000,00	15.000,00	15.000,00
	100190 Manutenção das Atividades do Setor de Adm Tributária	190.000,00	190.000,00	190.000,00
	100200 Manutenção das Ações de Acolhimento às Crianças e Adolescentes	30.000,00	30.000,00	30.000,00
0002 Instalações Públicas Adequadas e Preserv	201001 Melhorias, Manutenções e Reformas nos Prédios do Centro Administrativo Municipal	100.000,00	85.000,00	35.000,00
	201101 Manutenção, Melhorias e Ref. nas Instal., Ginásios, Campos e Quadras Esportivas	50.000,00	50.000,00	50.000,00
	201201 Manutenção das Edificações Públicas Municipais	150.000,00	150.000,00	150.000,00

Protocolo

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ARAÇÁ
R. ALEXANDRE GAZZONI, 200
CEP: 95350000 - NOVA ARAÇÁ - RS
CNPJ: 87502902000104 - FONE: (54) 3275 - 1333

RECIBO DE PROTOCOLO

PROTOCOLO: 001447/2021

DATA: 07/07/2021

HORA: 09:34:00

CHAVE:

DOCUMENTO Nº: 000056/2021

PROCESSO Nº:

TIPO DE DOCUMENTO: PROJETOS DE LEI

ASSUNTO: APROVADO Nº 053/2021

PESSOA: SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

TIPO DE PROCESSO:

TIPO DA ROTINA: DOCUMENTO ADICIONADO

OBSERVAÇÕES:

Finalizado e Enviado no Sistema: 07/07/2021

Hora: 09:36:25


Assinatura Responsável Protocolo